

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de Ciência Política

Bruno Dutra Leite

**Alienação como fundamento da dominação capitalista:
o novo velho Marx**

Dissertação de mestrado

2016

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de Ciência Política

Bruno Dutra Leite

**Alienação como fundamento da dominação capitalista:
o novo velho Marx**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal Fluminense
como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
Ciência Política.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Carlos Sávio Gomes

Niterói
2016

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

L533a Leite, Bruno Dutra
Alienação como fundamento da dominação capitalista: o novo velho Marx / Bruno Dutra Leite ; Carlos Sávio Gomes, orientador. Niterói, 2016.
94 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGCP.2016.m.11010595750>

1. Economia política. 2. Teoria do valor. 3. Alienação. 4. Marxismo. 5. Produção intelectual. I. Título II. Gomes, Carlos Sávio , orientador. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

CDD -

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318

BRUNO DUTRA LEITE

**Alienação como fundamento da dominação capitalista:
o novo velho Marx**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal Fluminense
como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
Ciência Política.

Aprovada em ___ de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

É que os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos são os que sabem sentir. Todos veem o que tu pareces, mas poucos, o que és realmente, e estes poucos não têm a audácia de contrariar a opinião dos que têm por si a majestade do Estado.

(O Príncipe de Maquiavel)

Agradecimentos

Em primeiro lugar, o ano de 2016 foi, até este final, um ano bastante peculiar, tanto em termos gerais, quanto pessoais. Repleto de emoções muitas vezes contrastantes, mas que me reservou pessoalmente um bom desfecho com a finalização deste trabalho.

Gostaria de agradecer a todos que de alguma forma contribuíram com este esforço, me apoiando, me incentivando ou me criticando, cuja presença em minha vida vai muito além deste ano. Seria impossível citar nominalmente todas, embora tenha certeza de que todas elas tenham sido fundamentais para esta conclusão, da maneira como foi feita.

Em especial, gostaria de agradecer às mulheres que me apoiaram, me incentivaram, mas, sobretudo, me ensinaram muito, especialmente nestes últimos anos, a ser um amigo, filho, neto, companheiro, namorado e, principalmente, um ser humano melhor.

Agradeço à minha mãe, pela amizade e suporte incondicional e eterno;

À minha avó Irlene, que sempre me apoiou e de quem herdei este humanismo inconformado;

Aos meus professores e professoras da UFF, com os quais tive o privilégio de conviver e que contribuíram profundamente para que eu me apaixonasse pelas ciências sociais. Ao professor Carlos Sávio, em particular, cujas aulas e orientação foram iluminadoras para mim.

Às minhas e meus colegas da UFF, com os quais aprendi e cresci junto e que fizeram do ambiente universitário (e da Cantareira) um lugar sempre prazeroso de se estar.

Aos meus amigos e amigas, que sempre me deram incentivo, e fizeram essa jornada mais fácil e divertida.

Aos meus e minhas camaradas do antigo Reage Socialista, com os quais aprendi o que é política concretamente.

Ao Rafael, pela amizade, incentivo e apoio, e pelas conversas em mesa de bar que foram fundamentais para esta criação.

Ao Pedro, amigo, sócio e companheiro de aventuras.

Ao Rodrigo, ao Felipe e ao meu primo Felipe, que mesmo às vezes distantes me inspiram.

À Dani e à Ale, que foram excelentes companheiras e que contribuíram muito para que esta jornada fosse concluída.

À Fernanda, pelos ensinamentos, pelo carinho, apoio e compreensão.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo a apresentação de uma interpretação alternativa a respeito da crítica de Karl Marx à sociedade capitalista, baseada na sua teoria da alienação e na relação com a teoria do valor em oposição às concepções do marxismo tradicional. Bem como a apresentação de alguns dados que mostram a validade e a atualidade desta crítica. Neste sentido produzir um debate sobre a capacidade do marxismo de compreender as transformações do mundo nos últimos anos, as mudanças na configuração da classe trabalhadora e também identificar a relação entre as relações políticas e o trabalho alienado.

Palavras-chave: economia política, teoria do valor, alienação, marxismo.

Abstract

This work aims to present an alternative interpretation of Karl Marx's critique of capitalist society, based on his theory of alienation and on the relation to value theory opposed to the conceptions of traditional Marxism. As well as the presentation of some data that shows the validity and the actuality of his criticism. In this sense to produce a debate about the ability of Marxism to understand the world transformations in recent years, changes in the configuration of the working class and also identify the connections between the political and social relations and alienated work.

Keywords: political economy, theory of value, alienation, Marxism.

SUMÁRIO

1 – A crítica do Marxismo Tradicional.....	14
1.1. Importância do conceito de alienação.....	17
1.2. A Relação entre Valor e Trabalho.....	19
1.3. A Crítica da Economia Política Clássica.....	23
1.4. Trabalho morto e trabalho vivo.....	26
2 – Trabalho, Valor e Ideologia.....	31
2.1. Conceito de Capitalismo.....	34
2.2. Classes sociais e Política.....	38
2.3. Ideologia e consciência de classe.....	50
3 – O Capital e a Política.....	60
3.1. Valor, trabalho e tempo abstrato.....	62
3.2. A crítica do trabalho no capitalismo.....	70
3.3. Política e alienação do trabalho.....	75
4 – Conclusão.....	87
Referências.....	91

Introdução

Este trabalho tem como um de seus objetivos fundamentais a recolocação de algumas teses originais de Marx na ordem do dia, com o intuito de mostrar a atualidade e a pertinência da crítica marxista da Economia Política feita no século XIX para o século XXI, na tentativa de fomentar o debate e propor algumas possíveis saídas para questões que são hoje candentes no debate das ciências sociais.

Desde Karl Marx, o debate acerca da relação entre suas teses econômicas e seus conceitos filosóficos -em especial o conceito de alienação- tem sido pouco considerado entre os cientistas sociais, politólogos e economistas. O corpo teórico de Marx tem sido mais usado como lente descritiva e crítica do mundo capitalista, do que como ferramenta para de fato transformá-lo. A teoria crítica que objetiva a superação deste mundo para dar lugar a um outro não tem sido interpretada da maneira mais eficiente daquela que de fato possa ser o guia das ações transformadoras.

Temos aqui, então, como alvo principal apresentar uma interpretação específica sobre a crítica da economia feita por Marx e, a partir desta interpretação, bem como da sua definição de *capitalismo*, propor uma releitura interpretativa alternativa específica da crítica de Marx ao capitalismo, bem como da forma que Marx trata, através desta perspectiva, a crítica do trabalho no capitalismo. Esta interpretação específica se difere de outras tantas acerca das concepções de Marx e do marxismo, mas em especial à interpretação althusseriana de “corte epistemológico” (ALTHUSSER, 1979) na obra de Marx, que a categoriza em dois momentos distintos: o jovem hegeliano e idealista, e o Marx maduro, que, a partir da obra “A Ideologia Alemã”, segundo Althusser (1979), inauguraria o materialismo de Marx.

Não obstante existirem diferenças entre as obras de Marx em seus variados momentos, nesta interpretação que advogo, o método materialista do autor já se faz presente na sua juventude, sobretudo na Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (MARX, 2010) e nos Manuscritos de 1844 (MARX, 2008). Estas duas obras da juventude de Marx são ainda fundamentais para a compreensão da teoria da alienação. Juntamente com os Grundrisse (MARX, 2013) -obra contemporânea ao Capital-

podemos fazer a conexão entre sua crítica inicial e seu desenvolvimento na crítica da Economia Política posteriormente. Ao analisarmos os “Grundrisse” (MARX, 2013) em conjunto com “O Capital” (MARX, 1996a, 1996b, 1999) este nexos se torna claro, uma vez que Marx toma a Economia como o principal instrumento de atribuição de sentido do mundo mercantil em sua época, e por isto, o principal foco de sua crítica à alienação do trabalho, fonte da reprodução material da vida, sob o capitalismo. O resgate do texto dos “Grundrisse” de Marx (2013) feito por alguns estudiosos posteriores como Georgy Lukács (2012), Isaak Rubin (1980) e Moishe Postone (2014), por exemplo, pode nos fornecer importantes subsídios para uma compreensão da crítica da economia política feita por Marx em um plano analítico que aprofunde a questão do método, dos fundamentos epistemológicos e ontológicos subjacentes na obra marxiana e que, como veremos, foi tomado com pouco cuidado pela tradição marxista subsequente.

No momento em que uma teoria cai no campo do “sagrado”, imediatamente começa a definir-se como fruto do pensamento livre, vai perdendo suas propriedades racionais originais e deixa de ser efetiva para o que se propõe. O marxismo é, assim, bem mais que uma linha teórica que atravessa diversos campos do pensamento humano, tais como a filosofia, a política, a sociologia, a economia, a crítica artística etc, é também um referencial para paixões e fé de muitos. Não obstante haver muito de fé e paixão em seus defensores, neste trabalho, pretendemos, prioritariamente, dessacralizar o marxismo e trazê-lo novamente para a arena das teses comuns, humanas, passíveis de erros, onde, originalmente, o seu pai, Karl Marx -devoto do pensamento racional e científico-, gostaria que estivesse, para ser outra vez testada.

Este trabalho pretende, em primeiro lugar, abordar a relação entre a teoria da alienação de Marx com sua crítica da economia política, analisando a problemática interpretativa acerca da crítica de Marx ao capitalismo, trazendo à claridade as obras de alguns autores chave, suas contribuições e pontos de atrito no debate marxista. Ainda com esse intuito, pretende-se expor as diferenças interpretativas que subjazem mesmo de forma inconsciente na tradição teórica do marxismo.

Em segundo lugar, objetiva-se demonstrar quais as consequências que uma determinada interpretação fomenta ao se tornar a forma dominante entre os marxistas de

entender e reproduzir sua crítica do capitalismo, também mostrando a validade das teses originais de Marx para o mundo atual.

Em terceiro, tentar identificar a relação entre as instituições políticas e o trabalho alienado, bem como reconhecer através da obra de Marx e do marxismo o que seria de fato o salto ao pós-capitalismo.

Ao trazermos de volta, então, conceitos como alienação e valor, que são de natureza eminentemente abstrata, devemos fazer também um breve resgate do método de Marx, o materialismo histórico-dialético, sob a luz de György Lukács em sua obra “História e Consciência de Classe” (2012). Para ele, o método desenvolvido por Marx para o conhecimento da realidade, em primeiro lugar, toma o homem como ser social, histórico e material, portanto um ser da classe¹. Assim, uma teoria do conhecimento deve partir de uma análise da formação da consciência que será portadora do conhecimento a ser alcançado, tendo-se em conta os diferentes momentos da dinâmica da luta de classes. Essa tese epistemológica é, antes de mais nada, uma crítica do pensamento burguês dominante, onde a concepção das formas institucionalizadas se dá pela naturalização das formas existentes no momento histórico corrente. Significa dizer que, para o pensamento burguês, de modo geral, e para a economia burguesa, de modo específico, as formas já instituídas da vida são o resultado *natural* assentado no presente por leis também naturais do devir histórico, como nos diz Marx acerca do pensamento burguês:

“A reflexão sobre as formas da vida humana, portanto, também sua análise científica, tomam, em geral, um caminho oposto ao da evolução real. Começa *post festum* e, por isso, com os resultados acabados do processo de desenvolvimento. As formas [...] já possuem a estabilidade das formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar conta não do caráter histórico dessas formas, que lhes parecem imutáveis, mas do seu conteúdo” (Kapital I, MEW 23, pág.89 s. Apud LUKÁCS, 2012 pág. 135).

Sendo assim, Marx estabelece a história como base formadora da vida presente, em oposição à naturalização das formas vigentes do pensamento dominante. É justamente o elemento histórico que dissolve a fixidez e estabelece a real dimensão formadora. São, desta maneira, as relações entre os homens no tempo e no espaço que

¹ Lukács, em sua obra “História e consciência de Classe”, trabalha com a perspectiva de uma indefinição do conceito de “classes” na obra de Marx. Assim, se utiliza da ideia de classes baseada na forma de relação histórica entre a posição dos indivíduos no modo de produção e suas respectivas consciência subjetiva. A partir daí, para ele, qualquer análise dos grupos sociais enquanto classes precisa ser feita na sua relação dinâmica coma totalidade social a partir de contextos históricos específicos.

criam o mundo e suas formas institucionalizadas de organização social. É a própria consciência alienada pela sua atividade auto formadora que obscurece o sentido de mobilidade dado pela história. A sociedade burguesa necessita, como pressuposto para sua reprodução, do estabelecimento dessa limitação científica, da naturalização das categorias já postas no mundo, como valor ou mercadoria, por exemplo, em detrimento de um conhecimento possibilitador da transformação da realidade. Marx então define como método do conhecimento uma crítica da consciência, uma epistemologia classista, que toma o sujeito em sua posição no modo de produção como partida da crítica das categorias vigentes. O trabalhador como sujeito privilegiado por sua posição histórica passa a ser o ponto de inflexão do mundo que ele produz diariamente. O trabalhador, assim, é eleito na teoria marxista como sujeito histórico materialmente capaz de sintetizar, em potência, as demandas revolucionárias deste momento, pois é este sujeito o produtor direto do mundo e de sua própria consciência a partir deste.

Aqui é importante apresentarmos o conceito de “marxismo tradicional” com o qual dialogaremos ao longo deste trabalho. Moishe Postone se utiliza deste termo para se referir não somente

“...a uma tendência histórica do marxismo, mas, de modo geral, a todas as abordagens teóricas que analisam o capitalismo do ponto de vista do trabalho e que caracterizam tal sociedade essencialmente em termos de relações de classe estruturadas pela propriedade privada dos meios de produção e uma economia regulada pelo mercado.” (POSTONE, 2014, pág. 21)

Dentro desta perspectiva, outro ponto de convergência ampla no marxismo tradicional é quanto à concepção de trabalho como trans-histórico, e não trabalho específico, com características específicas sob o capitalismo.

Outro ponto de divergência em relação ao que Postone (2014) chama de *marxismo tradicional* (que será melhor definido mais adiante) é com relação ao sistema político-econômico do socialismo real, em especial ao sistema soviético. Tanto para Postone (2014), quanto para Robert Kurz (1992), o sistema soviético não rompe com o capitalismo, na medida em que não muda o *modo de produção*. Isto significa dizer que, de fato, a revolução social feita pelo povo russo em 1917 não suplantou o modo de produção capitalista, mas, pelo contrário, o desenvolveu, e em alguns anos tornou a então União Soviética numa das maiores potências produtoras de *valor* extraído do

trabalho alienado. Kurz (1992) ainda aprofunda sua crítica ao sistema soviético na sua concepção de *sociedade do trabalho*, que seria para ele aquela que tem no trabalho um valor em si. Tanto a sociedade liberal, quanto as do socialismo real padeciam dessa forma de relação com o trabalho alienado, o que para ele seria um sintoma da incompetência interpretativa da crítica de Marx ao capitalismo, principalmente por parte dos dirigentes do Estado operário.

A partir desta concepção tentarei trazer alguns pressupostos fundamentais dos conceitos mais importantes de Karl Marx em sua crítica à sociedade capitalista, atualizando sua leitura com vistas a travar um debate sobre os problemas e possíveis debilidades nas análises e concepções do que Postone chama de “marxismo tradicional”. Assim, discutindo e apresentando alguns pontos importantes de divergência entre estas perspectivas.

Ao longo desta dissertação apresento os autores que, na minha visão, expressam em seus trabalhos a linha teórica com a qual mais tenho afinidade, principalmente me referenciando na obra de Moishe Postone: “Tempo, Trabalho e Dominação Social” (2014)².

O primeiro capítulo trata de introduzir o leitor em conceitos da teoria marxista que são imprescindíveis para a compreensão desta análise argumentativa. Bem como, dar início à apresentação desta interpretação dos textos de Marx já mencionados.

O segundo capítulo se aprofunda em pontos importantes desta interpretação e investiga, através de alguns trabalhos, a pertinência e a validade de pressupostos chaves da teoria de Marx acerca da sua crítica do trabalho no capitalismo.

O terceiro capítulo se atem ao tema da relação entre as formas instituídas de trabalho no capitalismo e sua relação com a política. Sob o ponto de vista da relação entre a alienação do trabalho e a dominação política no capitalismo contemporâneo.

² Porém, cabe ressaltar que o que apresento aqui se trata de uma seleção baseada no que considero ser o mais afinado com a interpretação da obra de Marx e, desta forma, não tenciono alcançar um ponto final nesta que é uma discussão muito distante de ser concluída e que, muito menos, está próxima de ser unânime.

1 – A crítica do Marxismo Tradicional

Para compreendermos o que significa o termo “marxismo tradicional”, o qual trataremos daqui em diante, é preciso entender que o principal interlocutor de Postone não se trata de um autor específico, uma escola, ou mesmo um movimento bem determinado, mas uma tendência interpretativa histórica do marxismo. Esta tendência interpretativa aparece já nos primeiros autores que se utilizam do instrumental teórico de Marx e se estende até os dias atuais e tem como ponto comum em suas abordagens a análise do capitalismo a partir do

“...ponto de vista do trabalho e que caracterizam tal sociedade essencialmente em termos de relações de classe estruturadas pela propriedade privada dos meios de produção e uma economia regulada pelo mercado. As relações de dominação são entendidas primariamente em termos de dominação e exploração de classe. Como é sabido, Marx argumentou que no curso do desenvolvimento do capitalismo emerge uma tensão estrutural, ou contradição, entre as relações sociais que caracterizam o capitalismo e as ‘forças produtivas’. Em geral, essa contradição tem sido interpretada como uma oposição entre, de um lado, propriedade privada e, de outro, o modo de produção industrial, pela qual a propriedade privada e o mercado são tratados como marcas distintivas do capitalismo, e a produção industrial é postulada como base de uma futura sociedade socialista. O socialismo é entendido implicitamente como propriedade coletiva dos meios de produção e de planejamento econômico num contexto industrializado. Ou seja, a negação histórica do capitalismo é vista essencialmente como uma sociedade em que se supera a dominação e exploração de uma classe por outra” (POSTONE, 2014, pág. 21-22).

Para a definição do que seria o marxismo tradicional, vale mais atermo-nos a estes pontos interpretativos comuns a partir dos quais se desdobra uma série de pressupostos criticados por Postone, do que a busca de uma origem causal para o surgimento dessa visão da teoria marxista ao longo da história.

Para o autor, o ponto central de todas as teorias do marxismo tradicional é a concepção trans-histórica do trabalho. A categoria trabalho, nestas teorias, é essencialmente definida como a atividade humana mediadora da relação homem e natureza com a finalidade do atendimento a determinadas necessidades humanas. Esta concepção coloca o trabalho como centro da vida social e como a origem de toda a riqueza humana. Essa caracterização do trabalho atravessa a especificidade da descrição marxiana do trabalho no capitalismo e essencializa tal categoria como atividade central para a vida humana independentemente do tempo histórico (POSTONE, 2014, pág. 22).

Essa visão sobre o trabalho como o centro da vida social humana se liga a outro conceito marxiano, o de valor. A teoria do mais-valor, nesta perspectiva, seria a tentativa de descortinar o processo de distribuição do trabalho no capitalismo, onde o proprietário dos meios de produção obtém a grande parte do que é produzido pelo trabalho, através da mediação do mercado.

O salto intelectual a partir daí, em geral, nestas interpretações, é de que a quebra desse sistema onde a contradição entre o modo de produção industrial e as forças produtivas geram as condições para o aumento da produtividade e a centralização planificada da produção, dará lugar a um modo, não de produção, mas de distribuição mais justa. Portanto, a problemática do modo de produção industrial, neste sentido, é substituída pela tentativa de resolução da questão puramente distributiva do capitalismo. Se o problema é adstrito à questão da distribuição da riqueza do trabalho, logo, a dominação social no capitalismo é a dominação de classe, e *vice-versa*, e o modo de produção industrial, tal como se desenvolveu, não tem uma relação necessária com o capitalismo. Diferentemente disto, a classe trabalhadora, na figura do proletariado industrial, seria a classe que carrega a perspectiva universalizante e, portanto, a classe capaz de emancipar a humanidade do domínio dos interesses particularistas da classe capitalista.

A forma pela qual a própria produção de riqueza foi moldada a partir da produção industrial é encarada como algo extrínseco às relações conflitantes de classe, já que bastaria eliminarmos a propriedade privada e o mercado para emancipar a humanidade da dominação capitalista, e substituir a gerência dos setores produtivos pela planificação da economia a nível estatal, ou talvez mundial. A questão se resolveria no plano da tomada política do poder de gerir a produção e distribuição do excedente (mais-valor) pela classe trabalhadora, a classe universal, já pronta para tanto pela dialética da contradição entre as relações sociais e as forças produtivas ao longo da história.

O problema visto por Postone nestas formulações é que invariavelmente negligenciam o fator determinante da dominação do capitalismo, por suas falhas interpretativas -principalmente quanto à categoria trabalho em Marx-, a relação entre o trabalho específico no capitalismo, produtor de valor e a teoria da alienação marxiana. Para Postone, a problemática do valor não pode ser entendida como uma questão

puramente própria das ciências econômicas. Esta visão nos leva a crer no valor como um produto trans-histórico do trabalho humano, da mesma forma como os clássicos da economia e o marxismo tradicional interpretam-na, e não como algo produzido em determinadas circunstâncias históricas e sociais. O valor, dado como uma descoberta da natureza das relações econômicas, tem como consequência a própria naturalização das relações de produção que são específicas da sociedade mercantil. O trabalho, ou seja, o processo humano de produção, nesta perspectiva trans-histórica, seriam “‘forças de produção’ inseridas em diversos conjuntos de ‘relações de produção’ que supostamente são extrínsecas ao trabalho e à produção” (POSTONE, 2014, pág. 148).

Neste sentido, a análise que fazemos aqui tem por finalidade demonstrar que, diferentemente da interpretação comumente feita pelo marxismo tradicional acerca da relação entre produção e trabalho -que acaba por se limitar a problematizar a contradição entre produção e distribuição-, o trabalho no capitalismo

“não é simplesmente um processo técnico, é, na verdade, moldado pelas formas objetivadas de relações sociais (valor, capital). Daí se torna claro que a crítica marxiana é uma crítica do trabalho no capitalismo, não apenas uma crítica da exploração do trabalho e do modo de distribuição, e que a contradição fundamental da totalidade capitalista deve ser vista como intrínseca ao reino da produção em si, e não apenas uma contradição entre as esferas da produção e da distribuição”. (POSTONE, 2014, pág. 148)

Assim, o valor -como categoria específica do modo de produção capitalista- é a materialização de uma forma também específica e histórica de relação social objetivada. E é esta forma de relação social específica que determina a forma de dominação político-social vigente³. Deste modo, diferentemente de outras formas históricas de dominação, a dominação capitalista aparece não sob a forma de relações abertas entre indivíduos, mas relações que se opõem aos indivíduos, como relações objetivadas, como relações entre indivíduos independentes e coisas.

1.1. Importância do conceito de alienação

³ Entre os indivíduos e a ideia abstrata da inexorabilidade do trabalho produtor de valor, que é a geradora da necessidade expansionista indefinida do capital.

O principal conceito marxiano a ser compreendido de início é o de alienação. A ideia de alienação chega até Marx pela via de Hegel e Feuerbach, porém é em Marx que toma o sentido sociológico que usaremos aqui.

Segundo a interpretação da crítica de Marx levantada por alguns autores como Moishe Postone (2014), o centro da crítica feita ao modo de produção capitalista, diferentemente do pensamento corrente no marxismo, não é, em primeiro plano, à exploração do homem pelo homem ou de uma classe sobre a outra, como sempre, de forma dominante, ocorreu na história das sociedades humanas, e, no capitalismo, se torna, na verdade, o produto de outro tipo de dominação. Em seu caráter específico, no capitalismo, o modo pelo qual reproduzimos nossas vidas, ou seja, trabalhamos, é responsável por um tipo específico de dominação social: a dominação do homem por uma força abstrata, um ser estranhado no qual não nos reconhecemos, o valor, ou na sua forma mais famosa, o capital.

Segundo Isaak Rubin (1980), o conceito apresentado por Marx logo na primeira parte de “O Capital” (MARX, 1996a), de *fetichismo da mercadoria*, não é algo destacado de todo o resto de sua crítica da economia política, mas é a sua base fundamental. Para ele, a “coisificação” como processo mediador e reproduzidor de relações sociais específicas é a chave para a compreensão da lógica do processo de valorização do capital e da forma como se dá a dominação de classes no capitalismo. Desta forma, o valor é a chave para a reprodução da lógica do estranhamento⁴ que por sua vez é a viabilizadora da exploração do trabalho, sob o capitalismo, objetivada na extração do mais-valor (RUBIN, 1980, pág. 19).

Nos Manuscritos Econômico-filosóficos, Marx (2008) descreve e analisa o trabalho, que, para o humano, aparece nas relações de produção do capitalismo como uma dimensão cindida de seu ser. O artesão que tinha uma relação íntima e de domínio de todo o processo de produção de seus móveis, conhecia e dominava cada etapa da fabricação de uma cadeira, as matérias primas e as ferramentas, agora já não faz uma cadeira inteira, mas um braço, ou talvez uma peça que, como parte de uma grande linha de montagem, nem saiba para o que serve. Também o agricultor cujo metabolismo de trabalho estava ligado ao próprio metabolismo da natureza, e trabalhava de acordo com

⁴ Termo usado por Marx nos *Manuscritos de 1844* é “Entfremdung” que significa “estranhamento”.

os regimes das chuvas, as mudanças das estações do ano e a duração da luz solar ao longo do dia, quando passa então a ser um trabalhador assalariado esta conexão se desfaz, passa a obedecer ao arbítrio do cronômetro da fábrica, se restringe à sua parte específica da linha de montagem, se relaciona com a repetição extenuantemente mecânica de um apertar de parafusos, cujo objeto final lhe importa menos que seu salário, majoritariamente hoje pago na forma dinheiro.

Há, portanto, no trabalho assalariado -que aparece exclusivamente no capitalismo como forma dominante de trabalho- uma divisão entre o homem e a sua atividade. A consequência disto é uma desvinculação entre o homem e sua produção, pois esta passa a ser de propriedade de outro homem. A expropriação de seu próprio esforço laboral de reprodução da vida, por um outro, um estranho a si, esvazia sua produção e reprodução (sua vida) de sentido, “mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito” (MARX, 2008, p.82-83), o transforma num ser estranho a si mesmo, estranho a sua coletividade e estranho a sua atividade, o produto e o ato, pois passa a não mais se reconhecer no próprio ato de reprodução de si, na sua atividade vital.

A mesma lógica que divide os homens da propriedade de sua reprodução existencial, também emprega a um ser abstrato o poder sobre a direção de suas vidas. A inserção na ordem do mercado constrange os homens a submeterem-se às determinações de algo que lhes é estranho. O capital, coisa produzida e reproduzida pelo trabalho alienado, ganha estatuto de sujeito e, na sociedade burguesa, submete as ações e a consciência humana à sua própria lógica de funcionamento reprodutivo. O efeito do trabalho, além das mazelas físicas e psíquicas diretas ao trabalhador, em sua forma alienada, é então o de inverter a relação entre sujeito e objeto. O trabalhador, sujeito, além de não se perceber como o produtor diário do capital, ainda se põe na posição de objeto frente a este. Logo se torna um ser apartado, em consciência, daquilo que não seja a ação de produção e reprodução de valor. Produz para a necessidade social, mas com a motivação de acumular a sobra inútil, o *trabalho morto*, o capital. Separa-se então das outras esferas, pois seu tempo de vida se torna tempo de trabalho exclusivamente dedicado à produção, e produção de algo do qual não se identifica, algo estranho a si. A esfera da economia toma forma de lugar prioritário para sua

sobrevivência. A política então se torna submetida, se desvincula da economia e passa a ser, como consequência, uma dimensão secundária da vida.

Partiremos do conceito de valor-trabalho que, em Marx, foi primeiramente apresentado nos seus Manuscritos Econômico-filosóficos (MARX, 2008) e que posteriormente foi utilizado de forma central em sua Crítica da Economia Política, para se relacionar ao conceito de alienação. Deste modo, a interpretação destes dois conceitos exposta aqui é a de que são inseparáveis e nucleares para a teoria marxista em geral. Assim, a crítica da sociedade do capital é, na tese marxiana, a crítica do estranhamento do humano pelo humano. Tese exposta nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (MARX, 2008), texto da juventude, e que ganha corpo em sua obra maior: O Capital (MARX, 1996a, 1996b, 1999). Em suma, a alienação criada e reproduzida pela atividade estranhada do trabalho na sociedade capitalista é a fonte de alienações que justificam e reproduzem as instituições burguesas e a ordem de classes. A criação de valor é, assim, necessariamente produtora de alienação.

1.2. A Relação entre Valor e Trabalho

O primeiro conceito e o mais importante para o início do que será discutido - porém o mais abstrato - é o de *valor*. Embora não seja um conceito propriamente criado por Marx, ele o emprega contornos e o preenche de um sentido muito específico, que segundo a interpretação que apresento aqui, o torna a principal chave para sua crítica do homem sob o capitalismo.

O valor, como categoria econômica, aparece nos estudos sobre a origem da riqueza como uma forma de compreender, em termos conceituais, o que torna um produto igualável por outro para que possam então ser trocados no mercado. A pergunta surge da observação do fenômeno da troca comercial: como duas coisas de qualidades distintas podem ser trocadas entre si? A troca que, na história dos povos, era fortuita e casual e ocorria, em geral, nas fronteiras entre sociedades humanas distintas, passa a se generalizar, e, na medida em que a economia mercantil se desenvolve e se expande,

precisa-se de um parâmetro que iguale em proporções quantitativas coisas de qualidades diferentes.

O segredo da expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto de trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante. (MARX, 1996a, pág. 187)

O intercâmbio de produtos, ao passo em que ganha importância e frequência, mais tarde, com o progresso do pensamento racional, passa a suscitar um mistério na mente dos homens: que parâmetro é usado para tornar possível a equivalência entre objetos de qualidades distintas, que já é usual e corrente, mas que se manifesta de forma aparentemente automática e intuitiva? Esse parâmetro igualador será denominado pelos estudiosos conceitualmente de *valor de troca*.

Adam Smith e depois David Ricardo (1996) são responsáveis pelo desenvolvimento da teoria que ligaria a origem do valor na produção econômica ao conceito de trabalho⁵. Mas é Marx quem elabora com mais profundidade e detalhe esta teoria, dando a ela uma dimensão sociológica e política, o que vai culminar com o desenvolvimento da sua teoria do *mais valor*.

Segundo a teoria desenvolvida por Karl Marx, valor tem como substância o trabalho. É o *quantum* de trabalho que determina o *quantum* de valor de uma dada mercadoria. Mas não seria qualquer trabalho que detém essa propriedade, somente o que denominou de *trabalho abstrato*, que é o denominador comum de todas as mercadorias (MARX, 1996a, pág. 318). O que faz um marceneiro não se sentir enganado pelo padeiro quando troca cadeiras por pães? Com segurança, sabemos que o marceneiro, por mais ingênuo que possa vir a ser, não trocaria um jogo de cadeiras por um único pão. Ele percebe -de forma, digamos, intuitiva- a discrepância entre as mercadorias. Mesmo elas detendo características tão diferentes, há algo que torna possível uma equiparação: quando abstraímos das mercadorias tudo que as diferenciam, suas características próprias, sua substância, sua forma etc, o que sobra é o trabalho abstrato.

⁵ Os Fisiocratas também acreditavam que o valor de troca tinha origem no trabalho humano. A diferença entre as concepções dos clássicos como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx e a dos fisiocratas, era que estes últimos acreditavam que o único trabalho que produzia valor era o trabalho na terra, ou seja, para eles somente a produção agrícola gerava riqueza.

O trabalho abstrato, assim como elabora Marx, é o trabalho humano em geral - trabalho no capitalismo-, socialmente necessário, em abstrato, é *qualquer* trabalho, e se diferencia do *trabalho concreto específico*. O trabalho concreto específico é aquele que produz uma espécie de produto, como, por exemplo, o marceneiro produz a cadeira, o torneiro mecânico perfura a chapa de aço, o jardineiro cuida das plantas de um jardim, o músico produz um som agradável aos ouvidos etc. O trabalho abstrato não específico é o esforço humano produtivo em geral, é o trabalho humano -no capitalismo- na sua forma mais generalizada, abstraindo-se da parte específica e das particularidades de cada trabalho, assim, não está separado espacial nem temporalmente dos outros trabalhos, não se diferencia qualitativamente.

Marx opõe trabalho abstrato e trabalho concreto como duas determinações do trabalho no capitalismo, como um duplo caráter, assim como opõe valor de troca e valor de uso. O trabalho abstrato seria responsável pela produção do valor de troca, enquanto o trabalho concreto (útil) produziria o valor de uso. Embora se difiram conceitualmente, não aparecem, em ato, em momentos distintos na produção, são dimensões distintas do mesmo processo produtivo, ocorrem ao mesmo tempo e no mesmo espaço, mas têm efeitos diversos. Enquanto trabalho socialmente necessário, ou seja, enquanto atividade cuja produção seja necessária para o corpo social, o caráter específico do trabalho seria responsável pelas particularidades do produto, sua forma e sua utilidade específicas, pela forma física e concreta do produto, pelo seu valor de uso, pela sua qualidade. Já o caráter abstrato e geral do trabalho é aquele que gera o valor de troca⁶, o responsável por permitir que uma qualidade de produto seja trocada por outra diversa, o que só é possível graças a um fator comum em todas as mercadorias: o emprego de esforço humano em sua origem.

“A igualdade de trabalhos *toto coelo* [totalmente] diferentes só pode consistir numa abstração de sua verdadeira desigualdade, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho do homem, como trabalho humano abstrato. O cérebro dos produtores privados apenas reflete esse duplo caráter social de seus trabalhos privados sob aquelas formas que aparecem na circulação prática, na troca dos produtos — o caráter socialmente útil de seus trabalhos privados, portanto, sob aquela forma que o produto de trabalho tem de ser útil, isto é, útil aos outros — o caráter social da igualdade dos trabalhos de diferentes espécies sob a forma do caráter do valor comum a essas coisas materialmente diferentes, os produtos de trabalho”. (MARX, 1996a, pág. 199-200)

⁶ Mais a frente explicarei a diferença entre valor de troca e valor.

O desejo, que advém da necessidade humana “do espírito ou do estômago” (MARX, 1996a, pág. 154), é o produtor da propriedade valor de uso, sua dimensão qualitativa, a propriedade trans-histórica dos produtos uteis para os seres humanos em determinadas circunstâncias históricas e culturais. Pois são estas mesmas condições que estabelecem o sentido de utilidade para os objetos (tangíveis ou não) do mundo. Todas as mercadorias devem ter tanto valor de uso -serem desejadas para algum fim humano-, caso contrário não encontram espaço no mercado como objetos dos desejos das pessoas, quanto valor de troca.

A particularidade da sociedade capitalista, descrita por Marx, é a de que na sociedade mercantil a produção, de modo geral, tem como fim a obtenção de valor⁷, ou seja, quanto mais produtivo for o trabalho, mais valor será produzido num determinado número de horas, assim, o valor e o trabalho têm uma relação direta e necessária.

“Para produzir uma mercadoria tem-se que inverter nela, ou a ela incorporar, uma determinada quantidade de trabalho. E não simplesmente trabalho, mas trabalho social. Aquele que produz um objeto para seu uso pessoal e direto, para consumi-lo, cria um produto, mas não uma mercadoria. Como produtor que se mantém a si mesmo, nada tem com a sociedade. Mas, para produzir uma mercadoria, não só se tem de criar um artigo que satisfaça a uma necessidade social qualquer, como também o trabalho nele incorporado deverá representar uma parte integrante da soma global de trabalho invertido pela sociedade. Tem que estar subordinado à divisão de trabalho dentro da sociedade”. (MARX, 1996a, pág. 92)

Uma diferença entre a visão de Marx e a dos clássicos da economia política é com relação aos elementos responsáveis para a geração de riqueza. Para os clássicos, capital e trabalho se situam no mesmo nível de importância para a produção, pois maquinário, matéria prima e força de trabalho estavam, em seus pensamentos, como elementos fundamentais de produção. Então Marx nega esta proposta e estabelece a diferenciação entre maquinário, matéria prima e custos de produção em geral e o custo da força de trabalho (incluído o salário). Para ele, todos os investimentos poderiam ser contabilizados ao final do processo como parte do valor da mercadoria, exceto o custo da força de trabalho, que acrescentaria valor a mais à mercadoria. Seguindo este raciocínio, Marx divide este investimento na produção em duas partes: capital constante -maquinário, matéria prima, instalações etc-; e capital variável -a força de trabalho-.

⁷ A produção de valor somente passa a ser o objetivo principal da troca de mercadorias no capitalismo. A grande diferença entre o sistema capitalista para os anteriores é a dominância da produção de valor como produção material. Antes as trocas de mercadorias eram fortuitas ou marginais, só no capitalismo passa a ser o objetivo principal da produção.

Constante, pois o valor permanece constante do início ao fim do ciclo, e o outro variável, pois varia ao final, acrescentando um tanto de valor ao produto. Ou seja, o valor produzido pelo trabalhador é maior do que aquilo que ele recebe na forma de salário. A partir deste raciocínio resumido aqui, Marx desenvolve sua teoria do mais valor.

Isso é possível, pois o valor da força de trabalho, ou o salário, não tem relação direta com o valor da mercadoria, mas se estabelece pela convenção social vigente sobre o mínimo necessário de produtos que podem ser obtidos com o salário para um trabalhador reproduzir sua força de trabalho. Como nos mostra Eric Hobsbawm (2000), ao longo da história das relações entre trabalhadores e patrões, a forma de calcular o valor da mão de obra teve, majoritariamente, mais a ver com os costumes, principalmente antes da introdução da administração científica nos processos produtivos (HOBBSAWM, 2000, pág. 402).

1.3. A Crítica da Economia Política Clássica

Segundo Postone (2014), a crítica da economia política clássica é a crítica da distribuição do trabalho na sociedade, por outro lado, a crítica de Marx à economia política é a crítica do trabalho em seu aspecto produtivo, ou seja, é a crítica do modo de produção de um determinado tipo de riqueza, para além do modo de distribuição. A crítica do marxismo tradicional se confunde com a crítica dos economistas clássicos: o trabalho como fonte de riqueza deve ser desvelado para se compreender o processo de produção de riqueza. Essa concepção toma o trabalho produtor de valor como trabalho trans-histórico, como único meio de produção de riqueza. Marx, nesta interpretação, avança para a crítica deste trabalho social e historicamente desenvolvido sob as condições relacionais do capitalismo. O trabalho, com duplo caráter, passa a ser o foco da crítica marxista.

A partir desta interpretação de sua crítica básica da sociedade capitalista, segundo Marx, um modo de produção que rompa com o capitalismo deve partir de um modo

produtivo diverso da base capitalista. O modo de produção que se afirma no trabalho com duplo caráter deve ser suplantado por outro modo. Para superarmos o capitalismo, devemos superar a produção de capital como forma intrínseca e necessária de produção econômica. Não basta que a gestão do capital passe para o Estado, ou que sejam socializados os meios de produção. Para Marx, não importa o ator social que exerça o domínio sobre a produção, importam os efeitos dessa produção nos atores sociais. Não faz diferença para o modo de produção uma reorganização distributiva da riqueza social se os mesmos determinantes permanecerem atuando de forma sistêmica⁸. A alienação do trabalho, sob esta ótica, não será amenizada se a gestão do capital, ou seja, da produção, passar para um gestor eleito, ou um burocrata, ao invés de um executivo ou proprietário⁹. A racionalização demandada por este tipo específico de modo de produção já atua no sentido de otimizar-se, de expandir-se e tornar-se mais eficiente sob o ponto de vista da reprodução do sistema. A lógica imanente é determinada pelo modo sistêmico de produção e reprodução da existência social, das relações sociais específicas geradas como efeito deste modo de produção. As especificidades contidas no tipo de relação social produzidas no capitalismo são determinadas pelo modo como a riqueza produzida pelo trabalho se torna necessária para a reprodução das próprias relações sociais.

No livro I do Capital (1996a, 1996b), Marx mostra como a mercadoria com seu duplo caráter é produto de um tipo de trabalho específico, com igualmente duplo caráter. A riqueza social específica é fruto de uma forma específica de trabalho, o trabalho alienado. Diferentemente da concepção do marxismo tradicional (POSTONE, 2014), o trabalho produtor de valor não é trans-histórico, mas é a forma que aparece no capitalismo de exploração do humano para sua própria reprodução. Acabar com o capitalismo seria então acabar com o trabalho produtor desta forma específica de riqueza, ou seja, acabar com o trabalho produtor de valor. Como já vimos, este trabalho, o que gera valor, não é qualquer trabalho, é uma forma específica, localizada temporal e

8 Cabe ressaltar que existem inúmeras diferenças nas formas de estruturação política e de gestão da relação entre capital e trabalho em cada contexto nacional. A perspectiva apresentada aqui pretende tomar como base o núcleo comum existente em todos estes contextos, mesmo aqueles onde as consequências concretas da alienação se desdobrem de forma mais branda, como na social democracia, ou no socialismo real, ou de forma mais dura e evidente como na periferia do capitalismo.

9 Crítica do sistema soviético e do “socialismo real” de forma geral ver Kurz: “O Colapso da Modernização” (1992).

especialmente, que se tornou dominante, primeiramente na Europa, e, em seguida, em toda face do globo, como previu Marx.

“A indústria e o comércio da velha Europa terão que fazer esforços terríveis para não caírem na decadência, como aconteceu com a indústria e o comércio da Itália no século XVI, isto se a Inglaterra e a França não quiserem tornar-se o que são hoje Veneza, Gênova e a Holanda. Daqui a alguns anos teremos uma linha regular de transporte marítimo a vapor da Inglaterra a Chagres, de Chagres e São Francisco a Sidney, Cantão e Singapura¹⁰”

Essa forma específica de trabalho, quando dominante, ou seja, quando se torna a forma majoritária de trabalho e, conseqüentemente, de produção, carrega consigo uma gama também específica de relações sociais necessárias e relações de produção que se desdobram e se complexificam e que determinam uma rede de relações sociais que dão forma ao que é denominado de sociedade mercantil.

O movimento impulsionado pelos agentes imbuídos dessa lógica imanente e específica pode ser descrito como um movimento de racionalização¹¹, mas com um vetor específico. A tendência à burocratização descrita por Max Weber (2000) como forma de dominação da modernidade pode ser vista pelo ângulo desta interpretação como uma tendência à dominação impessoal, a sujeição a um soberano sem face e, por isso, sem escapatória: uma “jaula de ferro”. Da mesma forma que Weber pensa a dominação essencialmente moderna como impessoal, Marx vê na dominação capitalista, mais do que uma dominação advinda da exploração de uma classe sobre outra, mas o domínio de um ser abstrato -o mercado ou o capital-, que se materializa na forma de imperativos sistêmicos que condicionam os seres humanos sob a forma de trabalhadores, na sua maioria, ou burgueses, em sua minoria. Assim, a totalidade dos seres humanos que formam a sociedade capitalista estaria sob o domínio de tais imperativos, sem que tenha consciência, mas, sobretudo, porque não tem consciência disto.

1.4. Trabalho morto e trabalho vivo

10 Karl Marx, Deslocamentos do centro de gravidade mundial, 1850 - <https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/02/deslocamento.htm>

11 Conceção weberiana sobre o processo de modernização.

Primeiramente é importante que estabeleçamos a relação entre trabalho morto e o processo de alienação do trabalhador. Seu oposto, o trabalho vivo, para Marx, é o trabalho humano efetivo, realizado no tempo e no espaço como atividade positiva para a realização da transformação material. É o processo de gasto de energia humana, seja intelectual, seja manual numa determinada atividade produtiva, abstraindo-se do maquinário e das ferramentas envolvidas. Já o conceito de trabalho morto determina tudo aquilo que é produzido pelo trabalho vivo, mas acumulado sob a forma objetivada. É, então, tudo que já foi produzido pelo trabalho vivo e se acumulou para além do tempo finito do trabalho vivo e que se encontra na forma de objetos da produção. Alguns exemplos das formas sob as quais o trabalho morto se acumula são o maquinário e o dinheiro reinvestido no processo produtivo.

A tendência ao acúmulo do trabalho morto sob essas formas objetivadas se dá na medida da necessidade da expansão do valor na forma de capital. Assim, o próprio trabalho morto é o capital acumulado pelo processo de produção. Seja na forma de maquinário, seja na forma de dinheiro acumulado e representa o tanto de trabalho passado, excedente -sob o ponto de vista das necessidades humanas imediatas-, não usado para benefício humano, que continua a ser produzido e reproduzido em escala tendencialmente ampliada.

“Como capitalista ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista” (MARX, 1996a, pág. 347)

De volta ao centro da crítica marxiana, essa lógica de produção e reprodução cada vez maior da massa de capital escapa do domínio de seus próprios produtores imediatos ou gerentes -trabalhadores ou burgueses-, os aliena do processo decisório sobre o que fazer, por exemplo, que destino dar ao excedente da produção. Necessariamente, então, sob esta lógica, o excedente deve se destinar à reentrada no processo produtivo, pelas razões já descritas, o que cria a contradição entre o aumento contínuo tendencial da produtividade e a manutenção ou até a ampliação das horas de trabalho. Ou seja, a lógica imanente da produção de trabalho morto impede a realização, na consciência dos

produtores ou gerentes, da possibilidade do controle efetivo sobre a produção econômica, sobre sua atividade vital. Ao contrário, toda produção é voltada para si mesma, como se uma força abstrata impelisse os homens a agirem independentemente de suas vontades individuais ou coletivas. Cria-se um ser, na consciência coletiva, muito maior que os homens e suas vontades, que determina como e quanto será necessário produzir além do efetivamente necessário para a reprodução de suas próprias vidas. A dimensão econômica é hipertrofiada e domina a vida humana quase completamente, como observou de forma positiva Alexis de Tocqueville em “Democracia na América” (2005), ao descrever o modo pelo qual os americanos escolhiam seus governantes entre uma classe de políticos profissionais, liberando tempo para o homem médio cuidar de seus negócios.

A consciência criada no trabalho, como afirma Marx (2007), é justamente a consciência alienada pelo processo econômico hipertrofiado. Não sem razão, Marx, no Manifesto Comunista (1998, pág. 87), elege a luta pela redução da jornada de trabalho como a porta de entrada para o socialismo. Pois na medida em que retirarmos o humano do domínio da atividade econômica, objetivamente em horas de trabalho, retiramos também do domínio desse ser abstrato a consciência do ser trabalhador integral, para abrir a possibilidade do ser humano integral formar-se e emancipar-se.

O humano sob a forma de trabalhador é obrigado, sob coerção dissimulada¹², a ser integralmente trabalhador como única forma de acesso à riqueza social, como única forma de acesso às coisas que lhe são úteis. Produz valor -na forma de mercadorias- para si e mais um tanto para o patrão. Esse fato aparece na forma do assalariamento, ou pagamento do preço de sua força de trabalho. Para além deste aspecto do estranhamento do humano em relação ao produto de seu trabalho, o valor que produz para ele não se acumulará, mas voltará a ser valor de uso sob a forma de objetos ou serviços úteis ao atendimento de suas necessidades, já para o capitalista, não obstante o fato de ser também humano, o valor a mais (mais-valor), produzido pelo humano sob a forma de trabalhador, continuará a ser valor, será metamorfoseado e se tornará capital, ampliado,

12 Em nosso processo de socialização, em geral, introjetamos a ideia de que somos donos da escolha sobre trabalhar ou não, mas a partir do momento em que a inserção do indivíduo no trabalho se torna o único acesso aos bens produzidos em nossa sociedade, em verdade, a escolha passa a ser, a grosso modo, trabalhar ou morrer de fome.

mais extenso na face da terra e mais intenso na vida humana, perpetuará seu ciclo, fará o trabalho ser mais e mais produtivo com o único e exclusivo objetivo de crescer seu corpo, se tornar uma massa maior de valor que gera valor, com a mediação do trabalho cada vez menos necessário, ocupando um número relativo de trabalhadores cada vez menor em sua composição.

“Essa mudança na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se em sua composição em valor, no acréscimo da componente constante do valor do capital à custa de sua componente variável” (MARX, 1996, pág. 154).

O aumento da produtividade significa que uma maior quantidade de valores de uso é produzida por um número menor de trabalhadores. E esta é uma tendência para a transformação constante da composição do capital. Assim, a tendência é a de que a produção humana precise cada vez menos do trabalho humano imediato. A reação a esse aumento da produtividade é a expulsão do valor da força de trabalho da composição do capital, em termos relativos. A relação trabalhador-máquina diminui, ou seja, mais máquinas ocupam menos trabalhadores. A mesma ou uma maior quantidade de mercadorias é produzida com menos trabalho humano. Isso não significa que a necessidade do trabalho chegue a zero um dia, mas tende indefinidamente a zero. É como numa operação infinita de divisão, onde o zero nunca será alcançado, mas as sucessivas operações -emprego constante de tecnologia no processo produtivo- tendem a aproximar o resultado da fração a zero.

“O modo de produção especificamente capitalista, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho a ele correspondente e a alteração assim causada na composição orgânica do capital não avançam somente passo a passo com o progresso da acumulação ou o crescimento da riqueza social. Avançam com rapidez incomparavelmente maior, porque tanto a acumulação simples ou a expansão absoluta do capital global é acompanhada pela centralização de seus elementos individuais como a revolução técnica do capital adicional é acompanhada pela revolução técnica do capital original. Com o avanço da acumulação modifica-se, portanto, a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital, originalmente de 1 : 1, para 2 : 1, 3 : 1, 4 : 1, 5 : 1, 7 : 1 etc., de modo que, ao crescer o capital, ao invés de 1/2 de seu valor global, progressivamente apenas 1/3, 1/4, 1/5, 1/6, 1/8 etc. se convertem em força de trabalho, ao passo que 2/3, 3/4, 4/5, 5/6, 7/8 etc., em meios de produção. (MARX, 1996b, pág. 260)

Segue-se a isto o aspecto progressista e potencialmente emancipatório advindo da industrialização já apontado por Marx no Manifesto: o fim da escassez natural. Isto significa que com a indústria abrem-se as oportunidades para dedicarmos menos tempo ao suprimento das necessidades e mais tempo em atividades não necessariamente

produtivas do ponto de vista econômico, mas recreativas, criativas ou reflexivas, por exemplo. Menos trabalho significa potencialmente menos vida do humano ocupada pelo capital. Significa menos desperdício de vida com o que lhe é inútil, com aquilo que lhe rouba as forças e lhe rouba o tempo de vida. Significa ser menos trabalhador e mais humano. Humano em todas as possíveis e potenciais dimensões e complexidades, para além da atividade econômica.

A grande contradição é que, quanto mais escancaradas as portas, mais opaca é a visão da passagem. Ou seja, ao invés do aumento de produtividade média do trabalho vivo ser revertido para menos horas de trabalho, a história mostrou o oposto, e mesmo com a composição do capital precisando cada vez menos da sua parte variável -o trabalho vivo-, trabalhamos a mesma quantidade de horas ou mais, e temos, em geral, um acesso ainda extremamente restrito à riqueza social, mas principalmente aos bens úteis. A escassez artificial se perpetua e se configura, assim, como algo intrínseco ao modo de produção capitalista, e que aparece como algo natural e inexorável para o senso dominante. Uma fórmula técnica apresentada por especialistas em ciência econômica nos grandes meios de comunicação de massa que é sempre passada com a assertividade de quem profere a verdade absoluta, sem se impor questão ou dúvida. A produtividade crescente do trabalho¹³ elevou certamente a níveis nunca antes experimentados pela humanidade a capacidade de produzir. Esta tendência, que pode ser percebida desde o início da industrialização, se mantém ao longo destes séculos.

Ao pegarmos como exemplo os países que compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), ou seja, as economias mais industrializadas, portanto as que apresentam os maiores níveis de produtividade atualmente no mundo, podemos perceber que se mantêm, com pontuais exceções, em taxas positivas ao longo dos anos¹⁴, mas sem os correspondentes aumentos dos salários ou reduções da jornada de trabalho.

Quais são então as amarras que impossibilitam a emancipação humana em nosso mundo de produção crescente, mas de escassez permanente? O marxismo é realmente

13 OCDE stats: <http://www.oecd.org/std/productivity-stats/>

14 Ver gráfico 2, na página 41.

capaz de responder a esta pergunta e ainda propor uma saída para esse paradoxo instituído?

Estas são as principais questões que tentaremos investigar ao longo desta dissertação, com auxílio da análise de alguns dados levantados por importantes pesquisadores sobre o período que se estende da segunda revolução industrial até os dias atuais para, desta forma, nos aproximarmos de um conceito satisfatório de capitalismo contemporâneo, para podermos então compreender o que seria um salto ao não-capitalismo, na perspectiva de Marx, segundo esta interpretação, a partir do estágio atual do sistema, ou seja, um possível salto para o pós-capitalismo.

2 – Trabalho, Valor e Ideologia

Na teoria marxista estes três conceitos: trabalho, valor e ideologia estão diretamente relacionados. Para Marx, diferentemente de como é desenvolvido na teoria econômica contemporânea ao seu tempo de vida, o seu conceito de trabalho é construído multidimensionalmente –como ocorre em quase todos os conceitos marxianos-, o que vale dizer que para ele o trabalho deve ser analisado de acordo com diferentes aspectos, sejam concretos, da vida prática, sejam abstratos. Partindo-se do seu método, o trabalho toma forma concreta a partir das formas abstratas que sua tese propõe. O trabalho, que na teoria de Adam Smith e Ricardo é algo da ordem do puramente natural, unidimensional em sua estrutura e, assim, unicamente trans-histórico, para Marx se assenta com características que ao mesmo tempo congregam o natural e o social, o prático e específico, e o abstrato e geral.

Essa expansão do conceito de trabalho, além de enriquecê-lo e de ter lhe trazido uma complexidade mais próxima das análises das ciências sociais modernas, também possibilitou criar uma conexão ontológica com a realidade social da vida humana sob o sistema produtivo capitalista. O trabalho não somente se liga, com Marx, à vida contemporânea, mas também a própria forma do trabalho determina e é determinada por ela. Se desenha assim uma cadeia dinâmica que vai dar forma ao sistema econômico e societário em que vivemos.

Ao estabelecer o trabalho no capitalismo como uma forma específica de trabalho, Marx, ao mesmo tempo, conecta sua finalidade como parte do que ele chama de essência (CARCANHOLO, 2013, pág. 65), ou do que constitui a especificidade deste tipo de trabalho. A essência do trabalho neste momento histórico é ao mesmo tempo sua forma prática, suas características técnicas, abstratas e concretas, mas também sua finalidade específica. Neste momento da história humana, esse tipo de trabalho, que Marx precisamente via em sua tendência à generalização, é o único que passou a ter como fim principal a produção de valor. Essa nova forma de circulação pode ser exemplificada pela subversão da expressão M-D-M¹⁵ -comum em algumas sociedades

15 Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria

pré-capitalistas ou não capitalistas- para a generalização da forma D-M-D¹⁶. A forma dinheiro que se estabelecia nas trocas como intermediária entre valores de uso, passa a ser o início e o fim das trocas, as posições se invertem e os valores de uso tomam o lugar de intermediários. O sentido da troca, como finalidade da ação humana, então se torna outro, deixa de ter como alvo o atendimento de uma necessidade humana e passa a ter como objetivo a obtenção de mais dinheiro, que se configura na forma monetária do valor. O trabalho, nessa passagem histórica de uma forma a outra, também se metamorfisa, também ganha outro caráter. O trabalho, que antes servia como produtor de valor de uso em seu caráter principal, passa a produtor de valor de troca como finalidade geral.

“O produto de trabalho é em todas as situações sociais objeto de uso, porém apenas uma época historicamente determinada de desenvolvimento — a qual apresenta o trabalho despendido na produção de um objeto de uso como sua propriedade “objetiva”, isto é, como seu valor — transforma o produto de trabalho em mercadoria. Segue daí que a forma simples de valor da mercadoria é ao mesmo tempo a forma mercadoria simples do produto do trabalho e, que, portanto, também o desenvolvimento da forma mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma valor”. (MARX, 1996a, pág. 189)

Marx, que atribui duplo caráter ao trabalho em seu conceito, descreve o trabalho sob o capitalismo como a única forma de produção que se destina à reprodução e expansão do *valor* através da produção de mercadorias. Valor é um conceito herdado do *valor de troca*, dos clássicos, mas que ganha em Marx uma dimensão bem distinta. Valor, em Marx, se diferencia de valor de troca em seu aspecto de permanência no seu ciclo reprodutivo e expansivo. Enquanto valor de troca é a forma do valor em um determinado momento da circulação, valor permanece como substância essencial em todas as etapas. Valor é, em cada etapa, mercadoria, valor de troca, dinheiro, capital etc. É a parte que liga todas as outras nesse processo específico de produção e reprodução do capitalismo. E, portanto, se torna a finalidade geral da produção capitalista. Por conseguinte, também é a finalidade geral do trabalho sob o capitalismo.

Ao generalizar essa forma específica de modo de produção –trabalho e produção de valor- com forma econômica dominante, ao mesmo passo se generalizam também as relações sociais que se impõem como determinantes ao tipo de trabalho humano desempenhado para a finalidade específica da produção de valor. Uma certa subjetividade se torna, de maneira impositiva, a subjetividade dominante desse tempo

16 Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro

histórico. Impositiva, porém não necessária. O que significa dizer que o processo que tornou o modo de produção capitalista dominante não aponta para um único vetor de subjetividade. Mas abre espaço para formas de sociabilidade que, em determinados momentos históricos, se conectaram de maneira mais ou menos convenientes para o *contium* da expansão do valor em determinados lugares do planeta. Ou seja, diferentemente de uma certa leitura rasteira de Marx que indicaria a determinação da *estrutura econômica* sobre as formas existentes de sociabilidade como determinações necessárias, como se as formas instituídas correntes tivessem tomado seu desenho de maneira necessariamente determinadas pela forma econômica vigente, a interpretação aqui presente valoriza a dimensão de contingência no desenvolvimento histórico das instituições humanas, sobretudo as não econômicas. Neste sentido podemos inclusive aproximar a análise compreensiva de Max Weber (2004) sobre as relações entre o *ethos* capitalista e a religiosidade protestante, com a teoria da alienação de Marx.

Da mesma forma que Weber (2004) não procura uma correlação causal entre o capitalismo e o protestantismo, mas uma conexão de conveniência entre uma forma de subjetividade carregada de preceitos éticos que empregam sentido à vida, com as práticas desse modo de trabalho e produção que se desenvolvia então de forma mais eficiente que outras, para Marx, os formatos das instituições tal como são hoje não são frutos diretos e necessários do modo de produção capitalista, mas são formas que surgiram a partir de suas complexidades históricas, e que, contingencialmente, se ligaram de maneiras mais ou menos eficiente ao modo de produção, como no caso alemão expresso na “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” (2010).

O que temos como determinação então, na verdade, não é a formatação, ou o desenho das instituições, como a igreja protestante, por exemplo, mas é o limite até onde as instituições podem se transformar ao longo do tempo sem que haja um rompimento com o núcleo duro do modo de produção, aspecto com o qual Max Weber não estava preocupado em sua análise compreensiva sobre o capitalismo: a fronteira do sistema. Embora, não obstante, sua perspectiva sobre a dominação moderna seja bem próxima, nesta interpretação, da dominação abstrata de Marx, como veremos.

2.1. Conceito de Capitalismo

Por isso então, torna-se imprescindível uma conceituação mais precisa -em relação ao marxismo de forma geral- do que seria de fato o *capitalismo*. Marx não deixa uma única e definitiva conceituação expressa, ao invés disso, toda sua crítica à sociedade do capital foi sendo construída ao longo de seus estudos sobre o próprio funcionamento do modo de produção e sua relação com a vida social. Isso explica as diferentes interpretações sobre a definição de capitalismo existentes entre os próprios marxistas. Mesmo que, de modo geral, os marxistas não tenham se preocupado em estabelecer uma conceituação precisa de *capitalismo*, ela se faz presente de forma subjacente, o que de fato cria implicações aos resultados de suas análises. Por exemplo, para o estabelecimento de uma teoria que se pretenda ser auxiliar da transformação do modo de produção para fora do modo capitalista, não se abster da polêmica sobre o Estado Soviético –se foi ou não capitalismo de Estado– não é algo menor.

Em “Manifesto do Partido Comunista” (1998), Marx nos dá algumas pistas sobre as diferenças fundamentais, e, portanto, fundantes da sociedade burguesa. Em sua descrição a respeito dos contrastes existentes entre os modos de produção anteriores, como o modo de produção antigo e o feudal, Marx aponta, entre outras coisas (como a venda da força de trabalho na forma do assalariamento), o caráter dinâmico das transformações sociais ao qual esta sociedade emergente estava submetida de forma tendencialmente irressigível, como expressa esta passagem:

“A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de percepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social a as suas relações sociais.” (MARX, 1998, pág. 43)

Percebe-se assim, que, segundo a visão de Marx, é na sociedade burguesa que as “ideias secularmente veneradas” se tornam obsoletas conforme se modificam as bases da produção e consumo. E, por sua vez, essas bases são transformadas a medida que a racionalidade se impõe na busca da lucratividade como forma de manutenção expansionista do capital. Ou seja, somente na sociedade onde a produção de valor é o fim de toda a produção, os valores sociais, os ideais, o modo de vida de forma geral é transformado de acordo com as novas necessidades dessa tendência racional expansiva do capital.

Essa passagem por si já enfraquece a tese do *determinismo econômico* de Marx. Vê-se bem que ele usa essa forma específica de relação entre o modo de produção, as relações de produção e as ideias dominantes como corte entre a sociedade do capital e as demais. Somente na sociedade do capital o modo de produção desempenha esse papel de elemento transformador das relações sociais vigentes. O materialismo histórico de Marx, longe de estabelecer uma conexão atávica entre o modo de produção como determinante trans-histórico das outras esferas da vida social, identifica no capitalismo, -e tão somente no capitalismo- essa característica “revolucionária” em *moto perpetuum*, porém em descontrole do ponto de vista dos agentes sociais.

Dessa maneira, o salto intelectual errôneo que relaciona o materialismo histórico ao determinismo econômico acaba também por definir as formas já estabelecidas de institucionalidade como as formas adequadas ao modo de produção. Essa correlação de necessidade entre a institucionalidade e o quadro de desenvolvimento das forças produtivas somente foi estabelecida nas teses de Marx em interpretações grosseiras¹⁷ de sua obra, o que se distancia do núcleo de sua crítica ao capitalismo como forma hegemônica de organização social e da produção.

Diferentemente desta interpretação equivocada, a análise de Marx com relação à institucionalidade é *a posteriori*, portanto não determinista no sentido em que não cria um vínculo causal necessário ao desenho institucional no momento em que é feita sua

17 Exemplos comuns são os textos e documentos oficiais dos inúmeros partidos comunistas ao longo do século XX, que influenciaram as análises de intelectuais, por exemplo, da Cepal. O etapismo e mecanicismo presentes nas resoluções da segunda internacional também serviram tanto como base para a reprodução de uma concepção determinista do ponto de vista histórico e econômico, mas também como munição para a crítica desta concepção.

crítica. Não são os vetores a partir do modo de produção que moldam o mundo, não obstante são as permanências que são quebradas pelo motor contínuo da lógica desse tipo de produção e consumo através da maximização da extração de mais valor, que afetam diretamente a vida social. O que resta, em estado efêmero e fugidio, são as composições que melhor se ajustam à lógica desse acúmulo de valor, mas que, tão logo a racionalidade avance em meio ao terreno contingencial da conjuntura dada, serão ultrapassadas e se tornarão forma passageira e obsoleta.

Outro aspecto que fica claro já no Manifesto (1998) e posteriormente no Capital (1996a) em relação à sua conceituação de capitalismo é com relação a um tipo específico de racionalidade dominante. Podemos depreender da leitura de Marx, que, sob o capitalismo, nem o trabalhador, nem o patrão são capazes de, mesmo reconhecendo o sentido de suas ações, agirem de modo contrário a elas. Na posição de burguês, torna-se impossível, no capitalismo, não agir no sentido de aprofundar os meios de extração do valor, ao mesmo tempo em que para o trabalhador, no capitalismo, torna-se impossível não vender sua força de trabalho, mesmo que em condições degradantes.

“O capital não tem, por isso, a menor consideração pela saúde e duração de vida do trabalhador, a não ser quando é coagido pela sociedade a ter consideração. À queixa sobre degradação física e mental, morte prematura, tortura do sobretrabalho, ele responde: Deve esse tormento atormentar-nos, já que ele aumenta o nosso gozo (o lucro)? De modo geral, porém, isso também não depende da boa ou da má vontade do capitalista individual. A livre-concorrência impõe a cada capitalista individualmente, como leis externas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista” (MARX, 1996a, pág. 383-384)

Ambas as posições de classe são impelidas, a partir de cada ponto de vista, a ações específicas e contraditórias do ponto de vista de cada classe. O estranhamento (ou alienação) não é, portanto, o desconhecimento individual ou coletivo sobre um fato, mas o desconhecimento que tem uma função social. É, assim, o não conhecimento que produz um efeito necessário para a manutenção de uma forma social sistêmica.

As ações humanas então são guiadas por esse sentido lógico que as impelem a desenvolver meios cada vez mais sofisticados de, por um lado, extrair cada vez mais valor, e, de outro, sobreviver vendendo sua força de trabalho. Esse esquema aparece para todos como uma imposição naturalizada, um caminho sem desvio possível, algo estranho ao mundo das vontades, portanto estranho ao mundo humano, social e político.

Nos achamos presos numa “jaula de aço” onde o vetor da racionalidade dominante só aponta para o sentido do aprofundamento dessas contradições.

É importante ser assinalado aqui que o que caracteriza o capitalismo como tal é, entre outras coisas, a tendência de dominância dessa racionalidade sobre as outras. Não obstante não é a forma como a institucionalidade se desenha determinada por essa racionalidade, mas é justamente *a posteriori* da institucionalização das formas que a racionalidade se estabelece como determinante em seus desdobramentos na vida social, como a fé protestante na Europa estudada por Max Weber (2004), por exemplo.

Não são as ações humanas moldadas a partir da lógica capitalista, mas são as finalidades impostas pelo sistema capitalista que se tornam cada vez mais as próprias finalidades das ações humanas, o que influencia profundamente, mas não determina exatamente a forma como agimos. Ou seja, sob o ponto de vista da reprodução sistêmica do modo de produção, o desenho das instituições humanas importa menos para a lógica dominante que suas finalidades. A racionalidade encontrada na forma como produzimos e consumimos não determina o que exatamente pensamos e como exatamente agimos, mas nos impele a pensar e agir no sentido que melhor se conecta com o problema prático fundamental do capitalismo: acumulação de valor/venda da força de trabalho, ou que pode ser também traduzido como controle/acesso à *riqueza social* –que no capitalismo é o valor-.

Um exemplo dessa diversidade de formas de controle/acesso à riqueza social podemos encontrar nessa passagem de “O Jogador” de Fiodor Dostoiévski (2008), onde o personagem Aleksei Ivánovitch responde ao General o que seria o “ídolo alemão” adorado:

“A maneira alemã de acumular riquezas. Faz pouco tempo que estou aqui e, portanto, as observações que tive o tempo de fazer e de verificar revoltam minha natureza tártara. Palavra de honra, nada quero com tais virtudes. Ontem fiz uma dezena de *verstas* pelas redondezas. É exatamente como estes livrinhos alemães ilustrados de moral: aqui, cada casa tem seu *Vater* horivelmente virtuoso e extraordinariamente honesto (...). Cada *Vater* tem uma família e, à tarde, todos leem em voz alta livros edificantes. Acima da casinha murmuram os olmos e os castanheiros. Ao entardecer, uma cegonha sobre o telhado.... Tudo isso é extremamente poético e tocante... (...). Aqui, cada família está inteiramente submissa ao *Vater*. Todos trabalham como bois e poupam como judeus. Acrescentemos que o pai já acumulou uma certa soma e espera transmitir a seu filho mais velho seu trabalho ou sua terra – não dará dote a sua filha, que não se casará. Venderão seu filho mais novo como trabalhador ou como soldado e juntarão o dinheiro ao patrimônio. (...) O que não tem outra

fonte além da honestidade, uma honestidade levada ao extremo, se bem que o filho mais novo, que foi vendido, acredite ter sido vendido por honestidade. É o ideal, a própria vítima se alegra em ser levada ao seu sacrifício! E depois? Bem, o filho mais velho não tem uma vida mais feliz: ele tem lá uma Amalchen, a amada de seu coração, mas não pode desposá-la porque ainda não se juntou uma quantidade suficiente de florins. Esperam também, e virtuosamente, e sinceramente, e vão ao sacrifício com um sorriso. O rosto da Amalchen começa a afundar, ela resseca. Enfim, ao final de vinte anos sua prosperidade foi alcançada, os florins foram entesourados honestamente e virtuosamente. O *Vater* abençoa seu primogênito quarentão e a Amalchen, que tem trinta e cinco anos, os peitos murchos, o nariz vermelho... Ele chora nesta ocasião, dá uma lição de moral e expira. O mais velho se transforma por sua vez em um *Vater* virtuoso e a história recomeça. Após cinquenta ou sessenta anos, o filho do primeiro *Vater* reúne de fato um capital importante e o transmite a seu filho, este ao seu, e, após cinco ou seis gerações, aparece o barão de Rothschild em pessoa ou Hoppe & Cia, ou que diabos seja. (...) deste ponto de vista, começam a julgar todo mundo e a punir os culpados, que dizer, os que diferem deles por mínimo que seja. Então eis aí: prefiro mergulhar na devassidão à maneira russa ou fazer dinheiro na roleta! ” (DOSTOIÉVSKI, 2008, pág. 36-38)

Diante das diferenças entre alemães e russos, como ilustra Dostoievski, por exemplo, percebemos que a forma de agir e pensar nessas sociedades varia em seus aspectos éticos de maneira extremamente relevante. A forma alemã de acumular riquezas em nada se parece com a russa nessa passagem do autor, embora ele trate de uma questão comum, o acúmulo/acesso à riqueza social como questão central para ambas as sociedades. A finalidade principal em ambos os casos exemplificados da ação dos agentes é a do acúmulo de valor, o que variam são os aspectos culturais, os valores sociais e a forma como esses agentes se pensam diante da questão objetiva determinada.

2.2. Classes sociais e Política

Sob muitos aspectos, essa finalidade básica no sistema capitalista, a do acúmulo de valor, aparece encoberta por várias formas sociais culturais de expressão dos agentes. Klaus Eder, em *A Nova Política de Classes* (2002), suporta a ideia de que a categoria “classe” não deixou de ser relevante para o entendimento da vida social, uma vez que vivemos na era pós-industrial, e muito já se problematizou essa categoria no campo das ciências humanas. Para ele, as classes ainda existem como formas estruturais, em sua perspectiva, as classes ainda têm relevância significativa no processo de compreensão dos conflitos e da dinâmica social. Não obstante existir uma aparente desvinculação entre a ação social e as classes sociais, as classes não poderiam ser descartadas, mas

reavaliadas do ponto de vista teórico. Para tanto, se utiliza do modelo de três camadas (EDER, 2002, pág. 8): estrutura de classes; ação social (coletiva); e cultura. A chave para a conexão entre a ação social e classe estaria na cultura.

As classes, nesse modelo, seriam estruturas que possibilitam ou restringem a ação social dos atores –nem as classes seriam atores diretos das ações sociais, como no modelo do marxismo tradicional, nem as classes seriam categorias ultrapassadas, como em alguns modelos teóricos contemporâneos- e assim agiria como elemento mediador na forma como os agentes de classe atuariam socialmente. E a cultura seria o elo que ligaria a ação social dos agentes e a estrutura de classe. Desse modo, o interesse econômico de classe seria a estrutura limitadora das ações dos agentes sociais e sua cultura daria a forma pela qual esses atores agiriam.

Em “As Lutas de Classes na França” (2012), Marx faz uma análise das formas pelas quais as divisões sociais na França de 1848 se organizavam em seus conflitos de interesse. Diferentemente da simplificada divisão em duas classes antagônicas, Marx nos apresenta em seu texto um quadro bastante complexo de classes, organizadas ou não, mas que representavam naquele momento interesses políticos importantes para os atores mais interessados na manutenção ou tomada do poder naquele momento de instabilidade francesa. O que depreendemos da interpretação de sua obra, sobre como Marx enxergava a dinâmica das classes, a partir da sua descrição daquele momento político, social e econômico na França e na Europa -diferentemente da visão binária de classes comumente propagada pelo marxismo tradicional-, é que as classes agem e se movimentam de acordo com seus interesses, porém, estes interesses se manifestam de forma pouco clara, até mesmo para seus agentes. Antes dos objetivos puramente econômicos, as classes atuam politicamente de maneira complexa e muitas vezes contraditória. O modo como se pensam não somente não condiz com o modo como agem, mas em muitos casos, os efeitos de suas ações são contrários aos seus objetivos declarados. Como no caso da pequena burguesia, constituída de pequenos proprietários do comércio e donos de cortiço, por exemplo, que se viam mais próximos da alta burguesia em seus interesses, que do proletariado urbano, apesar de serem mais afetados em termos econômicos e sociais, principalmente, com as medidas da alta burguesia no poder (MARX, 2012).

Mesmo no contexto do século XIX na França pós revolução industrial descrito e analisado por Marx, essa complexidade na relação entre ação, a ideia sobre a ação e interesses subjacentes já está bastante presente. Imaginemos que naquela época a classe trabalhadora fosse segmentada em um número x de frações, com interesses mais ou menos específicos em cada conjuntura. Tínhamos, por exemplo, o campesinato, os militares de baixa patente, a guarda civil, a pequena classe média, o lumpesinato, o proletariado urbano etc.

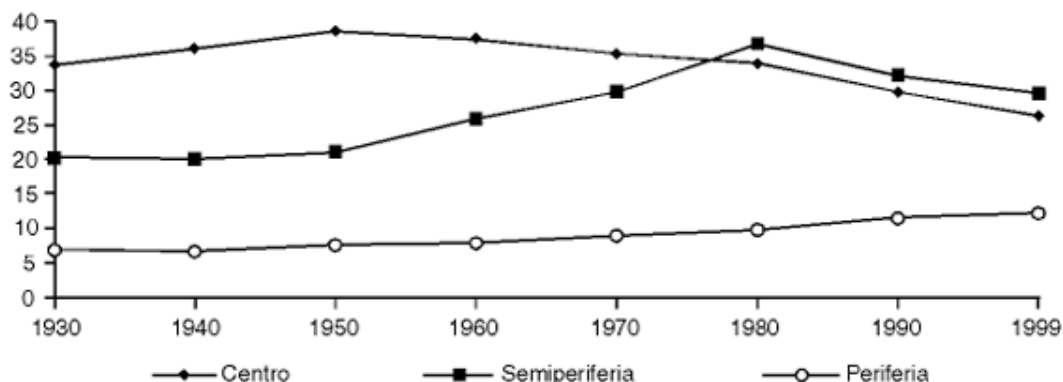
Duzentos anos depois, na conjuntura de um mundo onde o desenvolvimento do capitalismo expandiu o modo de produção a todos os cantos do globo, e a produtividade da indústria gerou uma necessidade cada vez menor da figura do operário de macacão no chão da fábrica, a consciência da classe trabalhadora, que já era complexa, tornou essa complexidade elevada a um número superlativo.

“Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele. Ela cai em relação à grandeza do capital global e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza. Com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente. (MARX, 1996b, pág. 260)

Como consequência do aumento contínuo da produtividade da indústria, o setor de serviços passou a ser o principal em número de ocupação, principalmente nas economias mais desenvolvidas, como nos aponta Marcio Pochmann em seu livro “O Emprego na Globalização” (2001, pág.85) no gráfico abaixo:

Gráfico 1:

Evolução da participação do emprego industrial na ocupação total no centro, na semiperiferia e na periferia, 1930-1999 (em %)



Este gráfico mostra como a tendência ao longo dos anos, em economias industrializadas, ou seja, naquelas que atingiram um nível de desenvolvimento das relações de produção mais alto ao expandirem a produtividade da força de trabalho a ponto de poderem substituir progressivamente a mão de obra por maquinário, foi a de empurrar as ocupações cada vez mais para fora da indústria. Isto significou, com o tempo, uma concentração cada vez maior dos empregos no setor de serviços, que hoje já representa a maior parte das ocupações dos países industrializados. Enquanto os países periféricos lutam para se industrializarem, e com isso absorvem mão de obra para o setor industrial, o centro, desde a década de 50 do século XX e a semiperiferia¹⁸, desde a década de 80 do mesmo século, apresentam uma queda tendencial do setor industrial na participação dos empregos totais. O que mostra como a composição do capital vai se modificando a medida em que a produtividade do trabalho aumenta. Menos capital variável e mais capital constante passam a compor o capital tendencialmente.

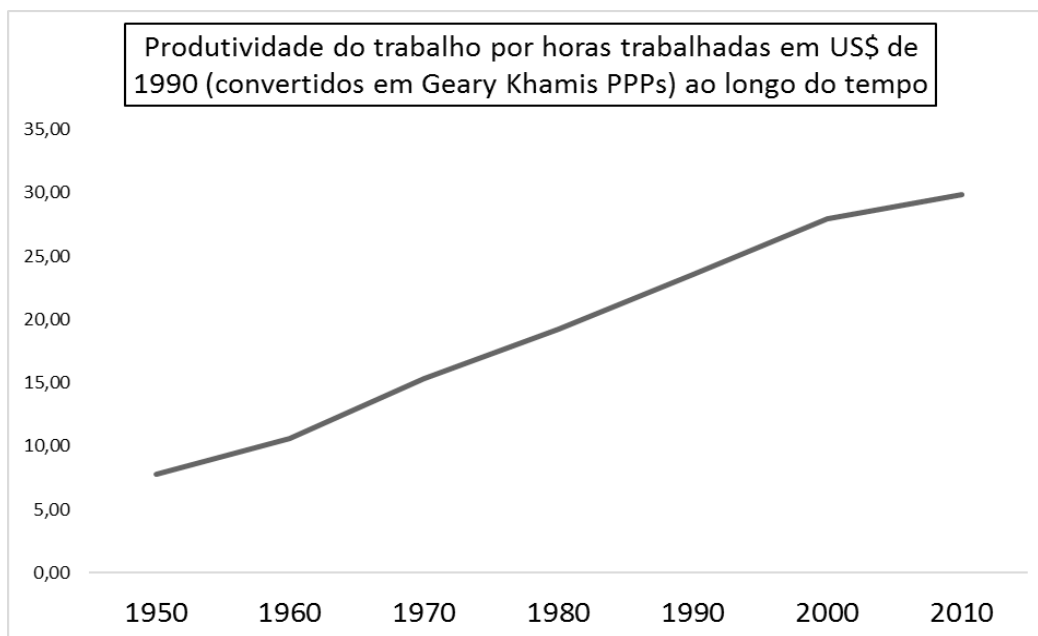
Capital é valor em movimento de expansão e acumulação constante e crescente, com interstícios de crise. Essa dinâmica é composta de dois momentos, produção e

¹⁸ Pochmann utiliza a seguinte classificação: os países centrais são aqueles que dominam a tecnologia para a produção de bens e serviços, como por exemplo, EUA, Alemanha, Japão e outros. Os países semiperiféricos seriam os especializados na produção de bens, utilizando tecnologia dos países centrais, como por exemplo, Brasil, Austrália, China etc. Os países periféricos são os que produzem principalmente matérias-primas, são exemplos: Moçambique, Peru, Filipinas e outros.

circulação, que, através do fechamento de seu ciclo, conferem valor ao trabalho socialmente útil encarnado na forma da mercadoria. Assim, a tendência do capital é a busca constante da compressão deste ciclo, de modo a maximizar a produtividade, aumentar a extração de mais valor e expandir para dar início a um novo ciclo (MARX, 1996b, pág. 382).

Esta tendência ao aumento constante de produtividade pode ser verificada no gráfico a seguir feito a partir dos dados da Universidade de Gronigen (GGDC Total Economy Database, Sectoral Database and ICOP Industry Database), que engloba a média da produtividade nos países da OCDE em cada década:

Gráfico 2:



Podemos avaliar assim, que esta tendência contínua de expansão da produtividade do trabalho teve como efeito colateral o significativo aumento da importância do setor de serviços como empregador. Embora não exista uma correlação causal entre a redução

da taxa de ocupação da indústria e o aumento da ocupação do setor de serviços, este fenômeno ocorreu de forma repetida em quase todos os casos, ao longo da história da industrialização (PIKETTY, 2014, pág. 94).

O setor de serviços hoje representa cerca de 62% dos empregos no Brasil (2016, IBGE), por exemplo, e isso se verifica como uma tendência global, que afeta principalmente os países mais industrializados.

Tabela 1:

Evolução da distribuição dos empregos por setor econômico em anos e países selecionados (em %)

País/ano	Agropecuária	Total da indústria	Total de serviços	
Alemanha				
Anos 20	33,5	38,9	27,6	
Anos 70	8,7	47,1	44,2	
Anos 90	4,1	40,3	55,6	
	Serviços			
Alemanha	Distribuição	Produção	Sociais	Pessoais
Anos 20	11,9	2,1	6,0	7,7
Anos 70	17,9	4,5	15,7	6,1
Anos 90	17,7	7,3	24,3	6,3

País/ano	Agropecuária	Total da indústria	Total de serviços	
Brasil				
Anos 40	66,7	12,8	20,5	
Anos 70	30,8	27,5	41,7	
Anos 90	20,9	19,6	59,5	
Serviços				
Brasil	Distribuição	Produção	Sociais	Pessoais
Anos 40	8,8	1,1	4,7	5,9
Anos 70	16,7	1,7	14,2	9,1
Anos 90	39,3	1,2	14,6	5,6
País/ano	Agropecuária	Total da indústria	Total de serviços	
EUA				
Anos 20	28,9	32,9	38,2	
Anos 70	4,6	33,0	62,4	
Anos 90	3,5	24,7	71,8	
Serviços				
EUA	Distribuição	Produção	Sociais	Pessoais
Anos 20	18,7	2,8	8,7	8,2
Anos 70	22,4	8,2	22,0	10,0
Anos 90	20,6	14,0	25,5	11,7
País/ano	Agropecuária	Total da indústria	Total de serviços	
França				
Anos 20	43,6	29,7	26,7	
Anos 70	10,3	37,3	52,4	
Anos 90	6,4	29,5	64,1	
Serviços				
França	Distribuição	Produção	Sociais	Pessoais
Anos 20	14,4	1,6	5,3	5,4
Anos 70	19,3	6,5	19,4	7,2
Anos 90	20,5	10,0	23,5	10,1
País/ano	Agropecuária	Total da indústria	Total de serviços	
Inglaterra				
Anos 20	14,2	42,2	56,4	
Anos 70	4,7	35,7	59,6	
Anos 90	3,3	27,3	69,4	

Inglaterra	Serviços			
	Distribuição	Produção	Sociais	Pessoais
Anos 20	19,3	2,6	8,9	12,9
Anos 70	19,9	7,5	24,2	8,1
Anos 90	20,6	12,0	27,2	9,7

País/ano	Agropecuária	Total da indústria	Total de serviços
Japão			
Anos 20	56,4	19,6	24,0
Anos 70	14,2	33,7	52,1
Anos 90	7,2	33,7	59,1

Japão	Serviços			
	Distribuição	Produção	Sociais	Pessoais
Anos 20	12,4	2,6	4,9	5,7
Anos 70	25,2	6,0	11,6	9,2
Anos 90	24,3	9,6	14,3	10,2

Estes dados apresentados por Pochmann (2001, pág. 89) em relação ao histórico da distribuição do emprego nestes países selecionados mostram que o desenvolvimento do capitalismo ao longo dos anos, a partir do processo de industrialização como forma principal de aumento da produtividade do trabalho na busca expansionista da obtenção de valor, num primeiro momento histórico –de forma desigual no tempo e no espaço–, ocupou uma parte da classe trabalhadora na indústria, e, em seguida, com o incremento tecnológico na indústria existente, passou a expulsar a mão de obra em direção a outros setores de atividade econômica, sobretudo para o setor de serviços.

Isto também pode ser identificado através da famosa obra de Thomas Piketty “O Capital do Século XXI” (2014). Esta tendência de deslocamento da mão de obra para o setor de serviços aparece de forma ainda mais antiga e se mostra como uma tendência a partir da industrialização do século XIX nos principais centros econômicos. Como o próprio Piketty descreve, o setor de serviços se tornou a partir da segunda metade do século XX tão diversificado que não há mais porque manter esta classificação (PIKETTY, 2014, pág. 94). Ele aponta para este elemento importante ao analisarmos as

metamorfoses pelas quais passaram os diferentes tipos de emprego ao longo da história do capitalismo: a diversificação das formas de trabalho, sobretudo no setor de serviços.

Ao longo da trajetória que compreende o final da revolução industrial (meados do século XIX) ao fim da segunda guerra mundial (1945), tanto o setor manufatureiro, quanto os serviços cresceram como empregadores em proporções mais ou menos parecidas no centro do capitalismo –Europa ocidental e Estados Unidos–. O período que se segue (década de 1950 em diante) é marcado pela explosão dos serviços como setor concentrador de mão de obra, e se torna então o maior empregador nos países mais industrializados e em vários países periféricos.

Tabela 2:

Emprego por setor de atividade na França e nos Estados Unidos, 1800-2012
(Em % do emprego total)

Year	France			United States		
	Agriculture	Manufacturing	Services	Agriculture	Manufacturing	Services
1800	64	22	14	68	18	13
1900	43	29	28	41	28	31
1950	32	33	35	15	34	50
2012	3	21	76	2	18	80

Nesta tabela acima, que contém exemplos que incluem a França e os Estados Unidos, já se pode perceber este aumento progressivo dos empregos, em ambos os países, no setor manufatureiro no período de 1800 a 1950, e, em seguida, uma queda importante no período de 1950 a 2012 deste setor. Já a respeito do setor de serviços, em

ambos os países, este progresso se mostrou contínuo e se acentuou com bastante força no período de 1950 a 2012.

Gráfico 3:

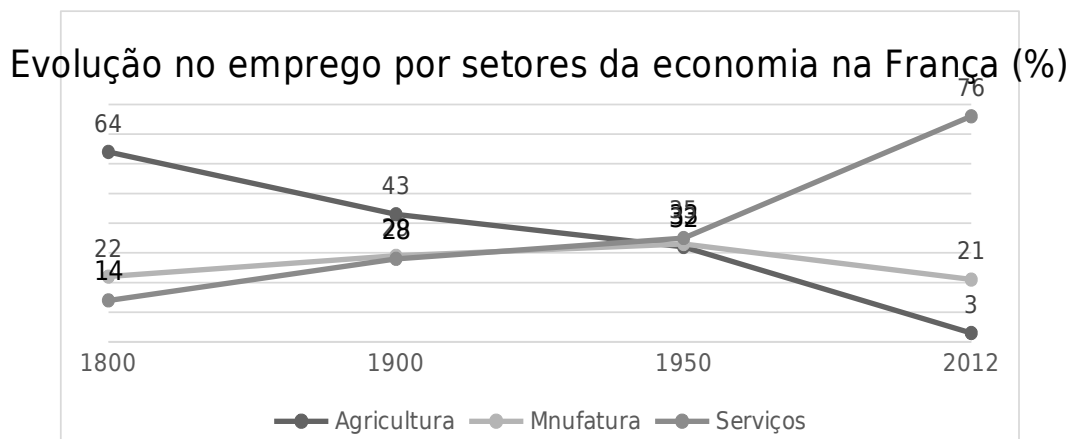
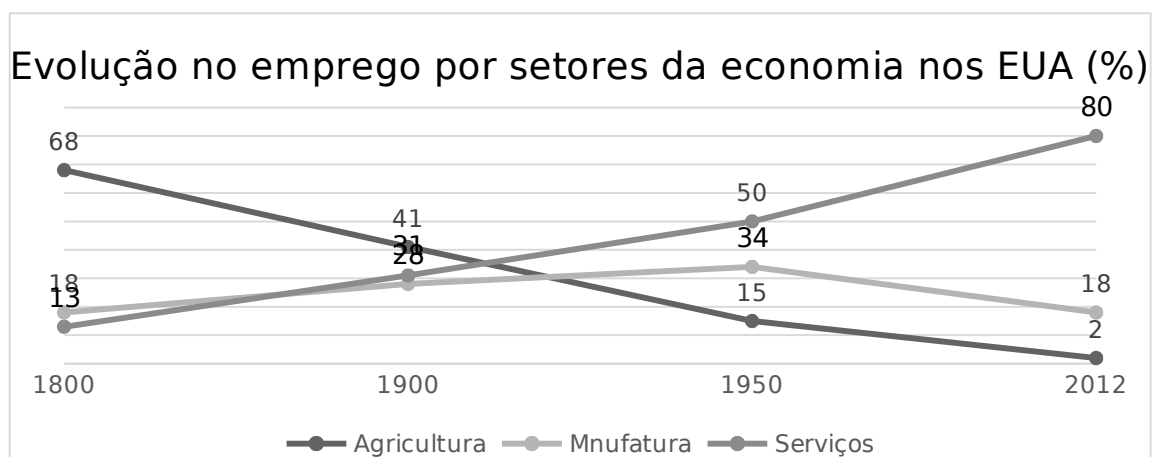


Gráfico 4:



Estes exemplos mostram como esta tendência de expansão do setor de serviços a partir da segunda metade do século XX tem relação com o estabelecimento de uma

indústria consolidada, com incrementos contínuos de tecnologia na busca pelo aumento da produtividade, que tem como efeito a progressiva liberação de mão de obra para o setor de serviços. Logicamente o setor de serviços não cresceu *por causa* da necessidade cada vez menor de empregados no setor industrial, mas a medida em que a produtividade garantia a expansão do valor cada vez maior no setor mais produtivo, o manufatureiro, a necessidade crescente de postos de trabalho com o aumento da população gerou uma diversificação das atividades produtivas, que antes se enquadravam genericamente como “serviços”. Esta classificação, segundo Piketty, foi criada num momento histórico onde a proporção de ocupação da mão de obra destes setores era mais ou menos igual, um terço para cada, e a medida em que foram se distanciando, principalmente no período contemporâneo, não há mais que se falar em um único setor de serviços, até mesmo porque existem grandes disparidades do ponto de vista produtivo entre eles (PIKETTY, 2014, pág. 94).

Podemos verificar que a trajetória de desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo toma contornos parecidos em seu caminho de expansão ao redor do mundo e ao longo dos séculos. Podemos dizer que existem, via de regra, três momentos: o processo de industrialização, como deslocamento da mão de obra do setor agrícola para a manufatura urbana, a consolidação da indústria com investimentos na produtividade em paralelo ao desenvolvimento do setor de serviços, e a redução drástica do uso da mão de obra na indústria como consequência de uma alta produtividade deste setor¹⁹.

“A divisão manufatureira do trabalho cria, por meio da análise da atividade artesanal, da especificação dos instrumentos de trabalho, da formação dos trabalhadores especiais, de sua agrupação e combinação em um mecanismo global, a graduação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa de processos sociais de produção, portanto determinada organização do trabalho social, e desenvolve com isso, ao mesmo tempo, nova força produtiva social do trabalho. Como forma especificamente capitalista do processo de produção social — e sob as bases preexistentes ela não podia desenvolver-se de outra forma, a não ser na capitalista — é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital — o que se denomina riqueza social, *Wealth of Nations* etc. — à custa dos trabalhadores. Ela desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de para o trabalhador, mas também por meio da mutilação do trabalhador individual. Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Ainda que apareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada”. (MARX, 1996, pág. 478)

¹⁹ Como exemplo, em 2016 a Volkswagen anunciou uma reestruturação que eliminaria cerca de 30 mil empregos em suas fábricas no mundo todo num período de 5 anos. Ver <http://www.valor.com.br/empresas/4780087/volkswagen-anuncia-demissao-de-ate-30-mil-trabalhadores-em-cinco-anos>

Evidentemente, embora haja exceções a esta regra, ainda que no mundo desenvolvido²⁰, podemos perceber o grau de exatidão alcançado por Marx (1996) em sua descrição do processo de transformação da composição do capital na dialética da relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção com o emprego da tecnologia na busca do aumento contínuo de produtividade do trabalho como forma eficaz de extrair valor para reproduzir e expandir o capital. Neste sentido, a indústria passa a ser o foco principal do investimento em produtividade²¹, mas não o único. De acordo com Piketty, apesar do setor de serviços ter crescido bem menos em produtividade que os demais setores ao longo dos séculos, a única atividade que não teve uma modificação importante foi a de cabeleireiro, ou seja, o tempo de um corte de cabelo não variou significativamente ao longo dos séculos, e, segundo ele, em alguns casos até aumentou (PIKETTY, 2014, pág. 94).

Isto reforça a tese de que com o aumento de produtividade sempre contínuo, no capitalismo, a atividade econômica tende a expulsar mão de obra, que, como vimos, ao longo da história dos países industrialmente desenvolvidos, acabou se concentrando no setor onde a produtividade é mais baixa. É preciso voltar a afirmar, que não se trata de uma relação de causa e efeito, mas de como as coisas se deram na história. Pois ao mesmo tempo em que os setores industriais e agrícolas expulsavam mão de obra de suas fileiras, o setor de serviços crescia, principalmente no período auge do fordismo e do crescimento do Estado de bem estar social, justamente num momento em que, segundo Hobsbawm (1995), os grandes capitalistas pactuavam com a classe trabalhadora organizada o desenvolvimento de uma classe média numericamente representativa na Europa e nos Estados Unidos –lugares que deveriam ser majoritariamente protegidos dos perigos da influência do socialismo real soviético e chinês–.

O setor de serviços então serviu como um espaço onde a baixa produtividade comportou a massa de trabalhadores que os setores de maior produtividade não poderiam ter, na lógica da reprodução e expansão do valor, e, ao mesmo tempo, diversificou essa massa de trabalhadores em atividades econômicas das mais distintas, com igual diversidade de salários, jornadas de trabalho, status social etc, formando uma

20 A Nova Zelândia, por exemplo, mesmo com sua economia baseada na exportação de carne de carneiro congelada, alcançou índices de produção econômica comparáveis a de países de industrialização mais complexa. Ver <http://www.teara.govt.nz/en/graph/16639/growth-of-the-frozen-meat-trade-1882-2001>

21 Ver página 18.

gama extremamente heterogênea de relações com as atividades produtivas, e, por conseguinte, uma sociedade da mesma forma diversa do ponto de vista da consciência de classe. Não somente as maneiras como se trabalha e no que se trabalha se tornaram diversas, mas os modos de consumir ganharam uma complexidade e atingiram uma massa de pessoas tão numerosa como nunca se viu antes na história humana (HOBSBAWM, 1995, pág. 259).

Assim como demonstrado, nesse período histórico onde a classe trabalhadora se torna cada vez mais diversa em suas atividades e, portanto, mais plural em termos identitários, a problemática da importância da categoria *classe* se coloca de modo imperativo para qualquer análise sociológica contemporânea, seja para negá-la, seja para reafirmá-la. A ascensão de novos atores sociais e políticos, tais como o feminismo e os movimentos organizados pela defesa das minorias e do meio ambiente, contribuiu para que a vertente analítica que advoga o desuso do conceito de classe ganhasse força em meio, não somente à crise do marxismo tradicional, mas de qualquer grande narrativa sociológica. Como forma de analisarmos a relação entre o conceito de alienação e as formas contemporâneas de representação e identificação de classe, diferentemente do caminho tomado por Klaus Eder (2002), que se utilizou do conceito de cultura para reavaliar a dimensão da classe na vida dos indivíduos, vamos agora apresentar o conceito de ideologia, sob o ponto de vista marxiano.

2.3. Ideologia e consciência de classe

Em sua obra “A Ideologia Alemã” (2007) Marx define seu método de análise em contraposição ao método idealista hegeliano, mas, sobretudo, combate as teses dos neo-hegelianos de esquerda, que, apesar de terem como norte uma ideia de emancipação, não romperam com os valores e os ideais dominantes. Marx então afirma a necessidade de um método que reconheça as dimensões materiais e históricas como inexoráveis para a formação da consciência e do modo de vida dos próprios homens. O mundo é, então, segundo ele, matéria em movimento, e a maneira como produzimos e reproduzimos este mundo, pela mediação do trabalho assalariado, e, portanto, alienado, forma e delimita

(não absolutamente²²) nossas consciências a partir das ideias dominantes, que no mundo capitalista burguês são as ideias da classe burguesa.

A propriedade privada dos meios de produção, o advento da indústria, do maquinário, o esquema de trabalho assalariado, são exemplos de elementos cruciais para a compreensão da formação da consciência da classe trabalhadora. O conceito de *práxis* é colocado por Marx como chave para o entendimento do processo de formação da ideologia dominante. A *práxis*, ou a atividade prática, é a origem e formadora das ideias que os homens fazem sobre si mesmos e sobre o mundo, e é através dela que podemos entender e transformar o próprio mundo. Mas para tal é necessário que compreendamos que a consciência que tenha um potencial transformador parte de sua atividade como sujeito histórico desta transformação, a partir de brechas abertas pelas contradições inerentes das relações conflitantes existentes do mundo capitalista, ou seja, é na exceção da classe, no escape minoritário da dominação ideológica, que, segundo Marx, se apresenta o potencial do ser social alienado de romper o véu nebuloso do estranhamento para se auto realizar como ser social emancipado e emancipador em sua trajetória histórica.

Muito se debate hoje, entre os próprios marxistas, sobre a questão do sujeito histórico em Marx, do sujeito revolucionário portador dos interesses universalistas e, portanto, capaz de ser a vanguarda da emancipação de todo o gênero humano. Segundo Marcelo Badaró (2009) o debate existente, e que geralmente contrasta os *novos* (movimento feminista, negro, LGBTTs, indígena etc) e os *velhos* (operariado, proletariado) sujeitos históricos partem de uma visão reducionista da visão marxiana sobre a classe trabalhadora como agente da luta social. Em primeiro lugar, a tradução da expressão alemã *arbeiterklasse* ou *working class* em inglês muitas vezes aparece nas versões de línguas latinas como *classe operária*, o que pode levar a ideia de que Marx estivesse restringindo somente ao operariado fabril urbano o papel de sujeito histórico revolucionário (BADARÓ, 2009), como explica Daniel Bensaid:

“Não há, em O Capital, definição classificatória e normativa das classes, mas um antagonismo dinâmico que ganha forma, em primeiro lugar, no nível do processo de produção, em seguida, no do processo de circulação e, finalmente, no da reprodução geral. As classes não são definidas somente pela relação de produção na empresa. Elas são determinadas ao longo de um processo em que se combinam as relações de propriedade, a

22 Existem sempre fissuras na proteção ideológica e consequente espaço para a consciência crítica.

luta pelo salário, a divisão do trabalho, as relações com os aparelhos de Estado e com o mercado mundial, as representações simbólicas e os discursos ideológicos. Portanto, o proletariado não pode ser definido de modo restritivo, em função do caráter produtivo ou não do trabalho, que entra somente no livro II de O Capital, sobre o processo de circulação.” (BENSAID, 2008, pág. 35 apud BADARÓ, 2009).

Vemos então que Marx não definiu de forma acabada o conceito de classe, mas se utilizou dele extensamente ao longo de sua obra como uma ideia chave, não somente para a categorização em termos econômicos ou sociais dos grupos, mas sobretudo para a compreensão da dimensão política como plano de atuação social. Quando Marx fala em classe, via de regra, ele utiliza esta categoria como forma de delimitar a consciência dos grupos sociais em seus interesses imediatos ou não percebidos pelos próprios agentes. Classe para Marx é, acima de tudo, uma categorização política, em processo dinâmico de transformação a partir da relação com a própria dinâmica de metamorfoses das relações de produção. Como já vimos, desde a revolução industrial, e com mais vigor a partir dos anos 50 do século XX, o exército uniformizado da classe trabalhadora do chão de fábrica descrito por Marx no Manifesto Comunista (1998) e no Capital (1996a, 1996b, 1999) deixa de ser o centro, ou agente vanguardista da consciência de classe, pois se fragmenta, perde representatividade em termos numéricos, e, portanto, ideológicos. O problema que se torna presente então é menos a respeito da pertinência ou não da categoria classe, e mais a compreensão acerca das transformações ideológicas pelas quais passa esta mesma classe trabalhadora que, não só não desapareceu como classe, mas se tornou extremamente complexa com a diversificação das atividades e das novas formas de produção e reprodução do capital ao longo do século XX, mas principalmente, neste início do século XXI.

A possível crítica à perspectiva de Marx a respeito da centralidade do operariado urbano como agente histórico, como ideia presente em obras como “Lutas de Classe em França” (2012), mas principalmente no “Manifesto Comunista” (1998), tem pertinência até certo ponto. Quando vimos que já no Livro I de “O Capital” (1996a, 1996b) ele prevê a tendência ao aumento contínuo de produtividade da indústria e sua consequente expulsão da mão de obra em detrimento da crescente mecanização no processo produtivo²³, identificamos aí uma possível contradição entre a diminuição da massa de mão de obra fabril, mais especificamente urbana, e a centralidade teórica como agente

23 Ver página 18.

político desta mesma classe, que Marx afirma se encontrar em processo histórico contínuo e inexorável de redução numérica.

Uma resposta para essa aparente contradição pode se encontrar no caráter específico de cada obra onde esta ideia da centralidade do operariado está colocada. Em seu tempo histórico, Marx descreve o operariado como agente vanguardista do movimento anti-sistêmico, ele o faz não somente no “As Lutas de Classe em França” (2012), mas esta é uma ideia subjacente em quase todas as suas obras que tratam do movimento revolucionário daquele tempo histórico quando analisa sua conjuntura política. O Manifesto Comunista (1998) talvez seja o exemplo mais emblemático, até mesmo por não se tratar de um texto puramente científico, mas sobretudo panfletário, conclamatório e com um interlocutor específico, um agente político já existente e vibrante: o operariado fabril urbano. Por outro lado, em textos mais científicos, por assim dizer, Marx usa de forma mais genérica a ideia de classe trabalhadora. Talvez seja possível assim identificar a diferença entre a dimensão puramente econômica do sentido da classe empregado por Marx da dimensão política: o elemento ideológico da classe.

De volta à análise do “As lutas de classe na França” (2012), ao percebermos como Marx descreve os processos de transformação política, econômica e social pelos quais a França passava no período de 1848 a 1850, entendemos que este período foi marcado por intensa efervescência da luta política e, segundo a ótica empregada por ele, também por uma complexa inter-relação entre as diversas classes com seus respectivos interesses, que ora se contrastavam, ora confluíam, construindo um cenário de viva dinâmica entre os diferentes atores sociais e agentes políticos e econômicos da França da época. Essa exposição complexa da conjuntura em movimento construída por Marx, de pronto, nos faz descartar qualquer reducionismo simplista que se possa atribuir à sua teoria, pelo contrário, ao tratar das classes, suas frações, suas contradições internas, suas distintas e contrastantes visões de mundo, que na maior parte das vezes aparecem em contradição com sua própria condição de existência, ele demonstra que, ao aplicar seu método para entender e analisar o processo histórico, parte dessas contradições e principalmente tem nelas seu foco principal, já que é a partir delas que as lutas são travadas, e com seu acirramento podem ganhar uma resolução.

Marx percebe então a importância de uma forma determinada de consciência como critério interessante do ponto de vista da luta política, a consciência de classe. E esta importância pode ser compreendida quando identificamos o potencial que Marx via nos movimentos crescentes já organizados em sua época.

“a fundação do materialismo histórico dos anos 1840 se explica pelas relações dos dois [Marx e Engels] com o movimento dos trabalhadores na época: o cartismo inglês, as greves de trabalhadores da Silésia, as organizações comunistas clandestinas de Paris; tanto quanto pela superação das bases filosóficas do idealismo alemão, as bases da economia política clássica e do socialismo anterior. Ou seja, a questão das classes assumia uma dimensão política com potencial transformador. Se todos os conflitos sociais do passado revelavam a luta de classes como dimensão essencial do processo histórico, agora a classe adquiria consciência de classe, algo que não se define em termos puramente econômico, mas em sua dimensão política”. (BADARÓ, 2009)

Desta maneira, a classe deixa de ser uma categoria puramente econômica para Marx e se torna um recorte social dotado de agência e com potencial de consciência. Consciência esta que não somente em teoria, mas de forma empiricamente vislumbrada por Marx em seu tempo histórico, poderia romper, em certa medida, em determinado tempo e espaço, com a alienação do trabalho e se perceber como sujeito histórico com potencial emancipador em relação à condição objetificada pela qual se submete a totalidade da classe trabalhadora. Assim, as ilhas de consciência encontradas no oceano da classe explorada são privilegiadas por Marx, não como agentes universais e trans-históricos da revolução, mas como vias possíveis de fissura na alienação em determinado tempo e espaço.

Ao pensarmos na questão da ideologia como forma possível para determinarmos o potencial de rompimento com a alienação do trabalho, devemos levar em conta as diferenças entre os diversos tipos de atividade laboral exercidos pelos trabalhadores hoje. A questão da sindicalização, por exemplo, se tornou e vem se tornando mais complexa a medida em que as relações de trabalho ganham novas formas e dinâmicas. Se pegarmos o exemplo brasileiro, segundo Ruy Braga (2012), apesar das condições precárias de trabalho e da remuneração baixa, a classe dos operadores de telemarketing, encontra imensas dificuldades para se organizar e ser representada em sindicatos, por inúmeras razões, que passam pela instabilidade do emprego, a alta rotatividade, a média baixa de idade dos trabalhadores, o que os faz terem pouco experiência em organização e atuação coletiva, mas ainda o fato da maioria dos operadores de telemarketing não enxergarem sua atividade como profissão, com uma linguagem própria, com

transmissão de conhecimento dos antigos para os novos trabalhadores (BRAGA, 2012, pág. 200). Ou seja, as condições deste tipo de trabalho sequer fazem o trabalhador se identificar, na maioria dos casos, como verificou Ruy Braga, com seus pares, como trabalhadores daquela atividade, o que acaba por atrapalhar o desenvolvimento de uma consciência de coletividade em meio à exploração massiva destas empresas do setor.

No caso brasileiro, a expansão das ocupações ocorrida na primeira década do século XXI, com dados apresentados por Pochmann (2012, pág. 11), se deu em 90% com empregos de até 1,5 salário mínimo, em quase sua totalidade no setor de serviços. Outro elemento importante neste quadro contemporâneo é o processo acentuado de terceirização, que ocorre não somente, mas principalmente no setor de serviços. No período de 1996 a 2010

“a expansão média anual do emprego formal terceirizado foi de 13,1% e de 12,4% ao ano para o crescimento médio anual das empresas. Em todo o período analisado, o universo de trabalhadores terceirizados elevou-se 11,1% ao ano, em média, e, nesse mesmo período, a quantidade de empresas cresceu a uma média anual de 16,4%” (POCHMANN, 2012, pág. 111-112)

Ainda segundo Pochmann, a aplicação crescente de trabalho terceirizado, principalmente no setor de serviços, não se justifica por uma tentativa de aumento de produtividade nestas empresas contratantes dos terceirizados, não obstante tem como principal objetivo cortar os custos das empresas usuárias com os trabalhadores diretamente contratados que, via de regra, são mais elevados. Este esquema de trabalho mais precarizado, por seu turno, por sua instabilidade, alta rotatividade e por suas características contratuais apresentarem menos garantias trabalhistas, traz dificuldades e constrangimentos aos trabalhadores terceirizados para que se organizem e atuem coletivamente (POCHMANN, 2012, pág. 112).

O caso brasileiro não é muito diferente do que tem acontecido no centro do capitalismo. Com o fim do modelo dominante fordista em meados da década de 1970, o sindicalismo de forma geral passa por constantes mudanças, além de haver um processo de dessindicalização na maioria dos países desenvolvidos, há também uma transformação no perfil do trabalhador sindicalizado. Aqui como lá, este processo de terceirização e precarização dos empregos, de forma geral, avança e, mesmo em países onde a taxa de sindicalização se mantém mais ou menos estável, a forma como os

trabalhadores se relacionam com sua representação de classe tem se modificado ao longo dos últimos anos, dentre outras razões, pelo aumento da complexidade dos diferentes trabalhos e dos modos de vida criados contemporaneamente, que encontram dificuldades na antiga estrutura sindical corporativista e verticalizada existente anteriormente no modelo fordista de produção. (ANTUNES, 2011, pág. 65-66).

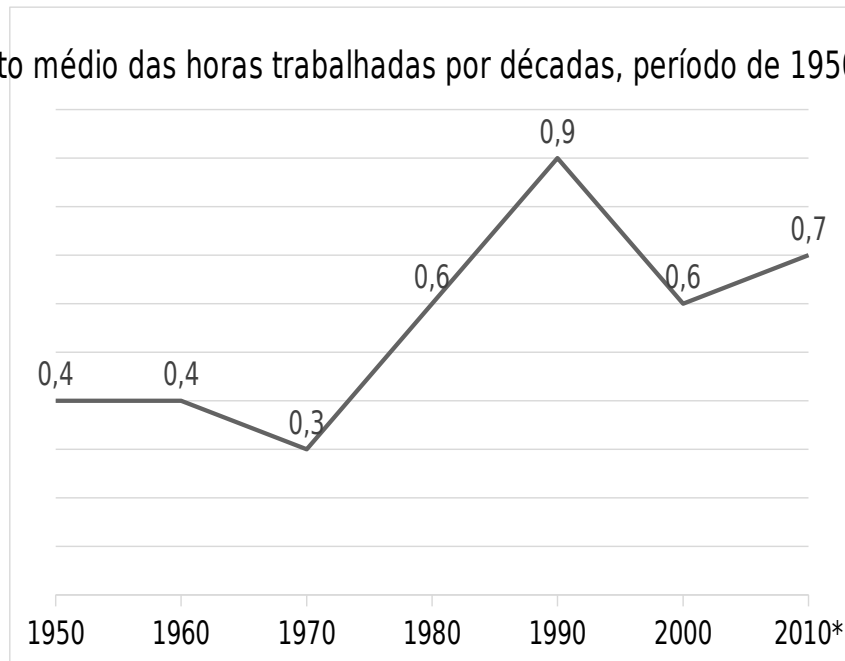
Essa conjuntura –que se inicia com a crise do fordismo como modelo produtivo dominante–, podemos dizer, se tornou marcada pela fragmentação e dispersão dos trabalhadores em seus aspectos coletivos e, o mais importante, ideológicos, e, por isto, se tornou extremamente desfavorável ao modelo tradicional de organização coletiva de classe: o sindicato tradicional, que embora se mantenha com taxas significativas de filiados, principalmente em países com forte implantação de políticas de estado de bem estar social, podemos dizer que vem sofrendo uma crise, tanto no número global de adesões, quanto na sua representatividade nas categorias de trabalhadores (ANTUNES, 2011, pág. 65).

Com a maior parte da classe trabalhadora se ocupando em atividades de baixa produtividade, condição essa dominante no setor de serviços, temos um crescimento no número de trabalhadores submetidos a condições de exploração extenuantes, com um crescimento contínuo da carga horária da jornada de trabalho (GGDC Total Economy Database, Sectoral Database and ICOP Industry Database)²⁴, mesmo havendo um aumento também contínuo da produtividade do trabalho como vimos no gráfico 2 (pág.41).

Gráfico 5:

24 <http://www.rug.nl/feb/research/institutes/ggdc/data/total-economy-database>

Crescimento médio das horas trabalhadas por décadas, período de 1950 a 2016 (%)



*Até 2016. (Este gráfico se refere aos países da OCDE)

Ao final das últimas décadas do século XX, e início do século XXI, podemos perceber um aprofundamento da crise das relações trabalhistas, das garantias e direitos herdados dos períodos anteriores. Vemos um processo de aprofundamento também da crise da própria ideia de classe, não obstante o fato de ter se tornado mais problemática uma definição do conceito do que era no período anterior à segunda metade do século XX que, poderíamos dizer, se dava de maneira quase intuitiva, o que motiva o questionamento sobre a pertinência ou não do conceito de classe hoje em dia se estabelece muito mais pela metamorfose pela qual vem passando a configuração das diferentes formas de acesso à riqueza social, especialmente neste início de século.

“O entendimento dos elementos constitutivos desta crise é de grande complexidade, uma vez que, nesse mesmo período, ocorreram mutações intensas, de ordens diferenciadas e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar consequências muito fortes no interior do movimento operário e, em particular, no âmbito do movimento sindical. [...] A sua indicação. Entretanto, é fundamental porque afetou tanto a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quanto a sua esfera mais propriamente subjetiva, política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações e práticas concretas” (ANTUNES, 2011, pág.192-193)

O trabalho e, conseqüentemente, as formas pelas quais os trabalhadores forjam sua consciência nele, se tornou mais fragmentária, e, assim, a identidade classista vem

perdendo terreno para outras formas identitárias que atuam como resistência aos efeitos da sociedade capitalista, sobretudo nas minorias e nos grupos tradicionalmente oprimidos, tais como o movimento negro, o feminismo e o movimento LGBTTT, como formas de organização coletiva em resposta alternativa às instituições tradicionais classistas, como os sindicatos e partidos.

Desta maneira, não foram as classes que deixaram de existir, mas a forma com a classe trabalhadora em geral se organiza hoje parte de uma complexidade compatível com a sua própria existência na sociedade mercantil contemporânea. Assim, como ocorre com a crítica da sociologia contemporânea a respeito da validade da ideia de classes como elemento analítico, o marxismo tradicional, que se atem ao ponto de vista do trabalho, e portanto, a uma forma específica de trabalho, que é histórico e alienado, como partida para a análise crítica da sociedade capitalista, tem dificuldade em atualizar sua perspectiva em relação à posição em que os sujeitos políticos se encontram na conjuntura contemporânea, e, desta maneira, tenta transpor anacronicamente um conceito que coube analiticamente de uma determinada forma no tempo e no espaço. O pressuposto teórico das classes, assim, não pode partir da ideia mecânica e trans-histórica de um sujeito revolucionário identificado por Marx no contexto da sociedade industrial do século XIX, baseada na concepção que critica o capitalismo e suas consequentes morfologias sociais do ponto de vista do trabalho. Não obstante, tal pressuposto deve ampliar-se para um ponto de vista mais totalizante e se desenvolver como a crítica específica do trabalho no capitalismo.

A compreensão acerca da forma como o metabolismo do sistema funciona a partir deste ponto de vista totalizante se faz necessária para, somente em seguida, entendermos o papel enquanto agência do ser social, e seu lugar na luta de classes. A política cabe aqui não como efeito colateral dos interesses econômicos dominantes, mas como esfera dominada pelas relações sociais engendradas de forma imperativa do ponto de vista dos sujeitos. O sistema, através de suas engrenagens invisíveis, estabelece uma ordem de coisas que se reproduz disseminadamente, a partir do núcleo do modo de produção, de forma impositiva e coercitiva, tornando tanto o humano na figura do trabalhador, quanto o humano na figura do proprietário burguês, seres –cada qual a seu modo– sujeitados

aos imperativos inexoráveis da produção e circulação de valor, com a finalidade da expansão deste na forma do acúmulo indefinido de capital (POSTONE, 2014, pág. 301).

3 – O Capital e a Política

Anteriormente dissertamos a respeito do possível conceito de capitalismo expresso na obra de Karl Marx, porém, para estabelecermos uma conexão que seja interessante para que compreendamos melhor a relação entre o modo de produção (o trabalho no capitalismo) e a crítica marxiana deste, devemos começar pela análise do conceito que dá nome a sua obra maior, o capital.

Marx desenvolve a ideia de capital já no início do Livro I de sua obra “O Capital” (1996a, 1996b), ao começar com a análise da mercadoria -núcleo fundamental do sistema mercantil- logo deriva adiante para as outras formas, pelas quais se metamorfoseia ao longo de sua trajetória entre a produção e a circulação. Na leitura de Moishe Postone, o capital pode ser sintetizado em Marx como “uma mediação social automovente, que torna a sociedade moderna intrinsecamente dinâmica e molda a forma do processo de produção” (POSTONE, 2014, pág. 301).

Neste aspecto, se faz importante que voltemos ao conceito de valor para melhor compreendermos esta interpretação a respeito da perspectiva de Marx em relação à natureza do capital. O valor, como vimos anteriormente, é a denominação essencial desta substância transmutável que, ao final do ciclo produtivo, se acumula na forma de capital, mas que adquire diversas formas durante o processo (mercadoria, dinheiro, capital etc). Diferentemente do tratamento dado pelos clássicos da economia política, como Ricardo e Adam Smith, as categorias marxianas desenvolvidas ao longo de sua crítica da economia política, para além de serem categorias do mundo econômico, têm sua dimensão fundamental alicerçada nas relações sociais. O valor, mais do que um conceito de mensuração de riqueza, para Marx, é forma como as relações sociais são mediadas, é o mediador das estruturas mais básicas do modo de vida na sociedade capitalista (POSTONE, 2014, pág. 2018).

Difere-se assim, entre os leitores de Marx, dois modos de interpretar a teoria do valor de Marx, a primeira, que privilegia o valor como medidor quantitativo da riqueza, e a segunda, que compreende a teoria do valor em sua dimensão qualitativa, como

categorização de uma forma velada, não explícita de relação social nuclear na sociedade das trocas generalizadas. A riqueza material, nesta leitura, é uma riqueza específica condicionada por esta forma dominante de relações sociais. O acúmulo de valor na forma de capital, então, somente se apresenta como forma dominante de riqueza nesta sociedade, logo, como riqueza social. O valor, portanto,

“...é uma forma peculiar de riqueza na medida em que não é mediado por relações sociais explícitas, mas é uma *mediação em si*: o valor é a dimensão automediadora das mercadorias. Isto é expresso por sua medida, que não é uma função direta da quantidade de bens produzidos. A medida material, como apontado, implicaria um modo de mediação manifestamente social. Embora o valor, assim como a riqueza material, seja uma objetivação do trabalho, ele é uma objetivação do trabalho abstrato. Como algo que constitui uma mediação social geral, ‘objetiva’, o trabalho abstrato não é expresso pela objetivação de determinados trabalhos concretos, nem medido por sua quantidade. Sua objetivação é o valor” (POSTONE, 2014, pág. 220)

O trabalho abstrato é, desta maneira, o que dá substância ao valor. Porém não como objetivação de vários trabalhos específicos, mas como substrato do que todos os trabalhos têm em comum, o esforço humano, que é medido em valores de temporalidade.

“Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de ‘substância formadora de valor’, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia, etc” (MARX, O capital, Livro I, pág. 116 apud POSTONE, 2014, pág. 220)

O que faz o trabalho se igualar a todos os outros, fora dos seus contextos próprios e independentemente da especificidade dos seus produtos, e se tornar uma forma objetivada de riqueza é o grau de generalização de determinadas relações sociais que se expressam de forma velada e abstrata no conceito do valor. O trabalho abstrato é a relação de todos os trabalhos na dimensão de sua materialidade do esforço humano com o tempo. Sendo assim, o trabalho (abstrato) se torna, no capitalismo, o mediador geral das relações sociais, mas não como forma explícita, evidente, mas na sua expressão abstrata, latente, na forma do valor. O tempo então aparece, para Marx, como elemento que emprega ao trabalho abstrato a sua dimensão quantitativa. A riqueza, no contexto histórico capitalista, será riqueza social no sentido em que o tempo é determinado não como “medida individual e contingente, mas social e necessário” (POSTONE, 2014, pág. 222), isto é, a ordem de grandeza do valor se estabelece pela quantidade média de

tempo gasto de trabalho humano, mas não um trabalho específico, particular, mas trabalho em geral.

Sendo assim, o trabalho em geral, ao qual Marx se refere, não tem como parâmetro qualquer trabalho específico, ou simplesmente a média global de todos os trabalhos específicos, mas de uma outra forma de trabalho, que toma como parâmetro o processo social do trabalho no capitalismo, o trabalho assalariado, mas em uma forma abstrata, que se revela para o produtor como norma externa, como tempo necessário na sociedade capitalista, como Marx define: “tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, O capital, Livro I, pág. 117 apud POSTONE, 2014, pág. 222).

3.1. Valor, trabalho e tempo abstrato

No momento em que a produção de valor se generaliza como produção de riqueza, o capital também se generaliza e se torna modo imperativo, por um lado, de produção de bens necessários (valores de uso), e, por outro, de relações sociais determinadas. Se o produtor é obrigado a produzir e vender mercadorias com a intenção de trocá-las por objetos úteis para si, necessários para sua subsistência, a consequência dessa forma atávica que impele os homens que vivem sob essa forma específica de socialização, é de adequarem seus trabalhos específicos, seu esforço particular de produção, no sentido de receberem o tanto de valor produzido tendo como parâmetro o tanto de trabalho socialmente necessário empregado na equivalência da medida de tempo abstrato, objetivado na forma de mercadoria. Assim, a força que transforma as ações humanas em ações necessárias, obrigatórias, atua de maneira imperativa sobre os produtores no sentido de, não somente impeli-los à troca dos seus produtos, mas normatizar o tempo de dispêndio de energia humana para produzi-los. A medida de grandeza do valor de um produto específico é obtida, não pelo tempo necessário específico gasto pelo trabalho humano na produção daquele produto em particular, mas

pelo equivalente tempo socialmente necessário de dispêndio de trabalho humano naquele determinado momento histórico, pelo equivalente tempo de trabalho abstrato.

A medição cronométrica de tempo, não somente disciplina esta forma de relação com a atividade produtiva, mas emprega de um sentido próprio todas as outras esferas da vida. Segundo John Holloway (2014), o tempo socialmente necessário, como elemento criador do valor, se estabelece como uma dimensão separada de nós, como um tempo fora da relação direta entre o trabalhador e seu fazer trabalhador, é o tempo abstraído das suas qualidades de tempo do sujeito, de duração própria dos fazeres humanos. Ao fazer o objeto, este toma uma existência fora do sujeito, se torna uma existência em si. As mercadorias têm dessa forma a propriedade de serem criadas a partir do tempo que se apresenta como exterior para os humanos. O tempo do trabalho alienado é, então, uma duração estranha, cuja relação entre criador e criatura aparece como relação invertida, não identificada (HOLLOWAY, 2014, pág. 135).

“O tempo-relógio é o tempo da institucionalização, e esta é a extensão da separação entre existência e constituição. Nós criamos algo e isso adquire uma existência independente de nós, uma ‘vida’ em si. Nós constituímos um partido político e o partido passa a existir, clamando que nos representa, que ainda tem a mesma relação conosco como ocorria no momento da criação. Nós criamos um Estado e o Estado existe independente de nós, com seu próprio tempo, história e comemorações. Nós nos casamos e nossa relação de amor adquire a sua própria existência separada dos sentimentos do momento, adquire uma temporalidade medida pelos aniversários, e não mais pelos segundos de infinita fragilidade. A prisão é a suprema expressão da separação do tempo em relação ao significado: os prisioneiros simplesmente ‘passam o tempo’. O tempo que eles ‘passam’ está totalmente fora do seu controle” (HOLLOWAY, 2014, pág. 136)

O tempo socialmente necessário, como categoria marxiana, então, como medida do trabalho abstrato, é também abstrato e condiciona os produtores como necessidade social objetivada, extrínseca aos indivíduos. Não obstante o produtor ser impelido a atingir um determinado grau de produtividade para melhor se aproveitar da troca necessária de sua produção, esse movimento é percebido como algo natural, estranho a si, como um tipo inexorável de relação surgido pelo confronto entre produtores. Esta normatização, do ponto de vista da totalidade social, é reproduzida na medida em que a riqueza social se estabelece como acúmulo de valor. O trabalho passa a ser o mediador generalizado das relações sociais, e ao mesmo tempo condicionado pelo tempo socialmente necessário. A oposição entre indivíduo e sociedade aparece como forma necessária de consciência criada pela reprodução desta forma de mediação relacional

objetiva. O tempo abstrato se torna uma necessidade objetiva, ou seja, a forma como os homens produzem os valores de uso socialmente necessários é condicionada pelo tempo socialmente necessário para a produção daquele tanto de valor. “É a dimensão temporal da dominação abstrata que caracteriza as estruturas de relações sociais alienadas no capitalismo. A totalidade social constituída pelo trabalho como mediação geral objetiva tem um caráter temporal, no qual o tempo se torna uma necessidade” (POSTONE, 2014, pág. 223).

A separação entre indivíduo e sociedade se realiza como aparência nas relações objetivadas onde a forma mercadoria é generalizada como mediadora social. Concretamente, o trabalho aparece para os indivíduos como único meio de acesso à riqueza social, que no capitalismo se figura na forma do valor. Assim, os homens veem a si mesmos como serem separados dos outros, e esta perspectiva diante da coletividade social, não somente é produzida por este tipo generalizado de mediação das relações sociais, mas também é elemento importante na reprodução desta forma de dominação abstrata. Os indivíduos estão, em aparência, sozinhos diante da força que os impele a agir da forma como agem. Não há, assim, neste tipo de dominação, uma expressão consciente e pessoal dominadora, mas um impulso impessoal e abstrato que se objetiva e submete os seres humanos a estranharem sua própria condição de seres sociais²⁵. Os indivíduos trabalhadores aparecem para si mesmos como mão de obra “livre”, enquanto os indivíduos proprietários aparecem para si mesmos como empreendedores “livres”. Em ambos os casos, os indivíduos não reconhecem a sua conexão pessoal com a reprodução do modo de vida coletivo. Em ambos os casos, os indivíduos se veem constrangidos pelas determinações da dinâmica abstrata da produção de valor, e da respectiva necessidade objetivada de tempo abstrato.

“...o desenvolvimento da produção capitalista faz do contínuo aumento do capital investido numa empresa industrial uma necessidade e a concorrência impõe a todo capitalista individual as leis imanentes do modo de produção capitalista como leis coercitivas externas. Obriga-o a ampliar seu capital continuamente para conservá-lo, e ampliá-lo ele só o pode mediante acumulação progressiva. Na medida em que sua ação e omissão são

25 Tanto o trabalhador quanto o proprietário estão submetidos ao esquema da competição individualista, um por espaço no mercado de trabalho, outro por espaço no mercado das trocas. Ambos não percebem as consequências práticas de suas ações. O trabalhador, impelido pela lógica da escassez de vagas no mercado de trabalho, em geral, adere ao esquema competitivo e não solidário. O capitalista, por exemplo, não se importa, via de regra, em aumentar a competitividade reduzindo o custo com mão de obra, mesmo que isso, em uma escala ampliada, reduza seu mercado consumidor e gere a sua própria crise, pois não se percebe como parte integrante da coletividade, mas como um núcleo independente.

apenas funções do capital que nele é dotado de vontade e consciência, seu próprio consumo privado constitui para ele um roubo contra a acumulação de seu capital, da mesma forma que na contabilidade italiana os gastos privados figuram na coluna de débito do capitalista contra o capital. A acumulação é conquista do mundo da riqueza social. Ela estende ao mesmo tempo a massa de material humano explorado e o domínio direto e indireto do capitalista”. (MARX, 1996b, pág. 225)

Aqui começamos então a compreender a ligação das categorias abstratas criadas por Marx em sua análise nuclear do capitalismo com a sua crítica fundamental acerca da dominação abstrata a qual está submetido o ser humano na forma obrigatória de trabalhador assalariado ou proprietário capitalista.

Ao criar determinados conceitos abstratos, Marx quis aproximar-se das relações concretas que se realizam na sociedade capitalista como formas generalizadas, socialmente difundidas, e que somente se efetivam como categorias da realidade social por terem como característica constitutiva o seu grau de abstração diante dos indivíduos. A produção e reprodução de valor com a finalidade do seu acúmulo sob a forma de capital só se torna o imperativo desta sociedade, quando um determinado conjunto de relações sociais se generaliza e se torna dominante para uma parte importante da humanidade. Isto quer dizer que o capitalismo assim se constitui a partir do momento em que as relações de troca se generalizam e atingem o grau de complexidade e integração que passam a ser imprescindíveis para a manutenção das necessidades sociais humanas “do estômago ou do espírito” (MARX, 1996, pág. 165). As relações de troca entre produtores se tornam, nesse contexto complexo, as relações sociais dominantes, e a mercadoria passa a ser o mediador dominante das relações sociais. Relações sociais que aparecem como se ocorressem entre produtores livres, não obstante serem obrigados, pela relação dominante mediada pela mercadoria, a terem como único acesso à riqueza (social) o comércio de seus produtos ou de sua própria força de trabalho. Os humanos, nesta conjuntura de relações mercantis generalizadas, só se encontram com a coletividade no espaço do mercado. Só se realizam como seres sociais com a mediação da mercadoria.

“Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como

relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas”. (MARX, 1996a, pág. 199)

Desta maneira, Marx pega o fio já traçado pelos clássicos da economia política, e usando-se da linguagem desta ciência emergente, como linguagem principal a partir da qual o ponto de vista dominante fala sobre si mesmo, inverte sua lógica e estabelece, não um estudo que inaugurasse uma possível ciência econômica *de esquerda*, mas uma crítica desta linguagem, desnudando-a, virando ao avesso as formas aparentes, como mercadoria e dinheiro, por exemplo, e expondo a aparência das formas de seus elementos essenciais, como elementos eminentemente abstratos, e, portanto, muito pouco tangíveis do ponto de vista dos indivíduos.

“Podendo o dinheiro ser substituído, em certas funções, por meros signos dele mesmo, surgiu o outro erro, que ele seja mero signo. Por outro lado, essa noção implicava vislumbrar que a forma dinheiro da coisa é externa a ela mesma e mera forma de manifestação de relações humanas ocultas atrás dela. Nesse sentido, cada mercadoria seria um signo, pois, como valor, é apenas um invólucro reificado do trabalho humano nela despendido. Mas, ao considerar signos os caracteres sociais que as coisas ou os caracteres reificados que as determinações sociais do trabalho recebem, com base em determinado modo de produção, como meros signos, eles passam, ao mesmo tempo, a ser explicados como produto arbitrário da reflexão dos homens. Essa era uma mania de esclarecer muito apreciada, no século XVIII, para eliminar pelo menos transitoriamente a aparência estranha das formas enigmáticas de que se revestiam as condições humanas, cujo processo de formação não se podia ainda decifrar”. (MARX, 1996a, pág. 215)

A alienação dos seres humanos no capitalismo cumpre assim uma função imprescindível para a manutenção da ordem social tal como ela é. Por exemplo, como a mercadoria, em sua dimensão de produto do trabalho humano, pode mediar as relações sociais de forma generalizada? Justamente por conter este elemento humano, ser produzida pelo trabalho humano, a mercadoria pode se universalizar e ser trocada no espaço do mercado por outra de qualidade diferente. Logo, é o elemento humano, o trabalho dos seres humanos, contido na mercadoria que de fato media as relações sociais generalizadas.

Mas para entender este elemento do trabalho humano igualador de mercadorias diferentes contido em todas as mercadorias, foi necessário que se definisse um conceito de trabalho que se opusesse metodologicamente ao de trabalho concreto e específico, demarcado no tempo e no espaço e produtor de um produto de qualidade específica, e, para dar conta disto, Marx chegou à definição de trabalho abstrato.

“Se o trabalho específico produtivo do trabalhador não fosse o de fiar, ele não transformaria o algodão em fio e, portanto, não transferiria os valores do algodão e do fuso ao fio. Se, no entanto, o mesmo trabalhador mudar de profissão e se tornar marceneiro, agregará, depois como antes, valor a seu material mediante uma jornada de trabalho. Agrega valor, portanto, mediante seu trabalho não por ser trabalho de fiação ou de marcenaria, mas por ser trabalho abstrato, social geral, e agrega determinada grandeza de valor não por ter seu trabalho um conteúdo particular, útil, mas porque dura um tempo determinado. Portanto, em virtude de sua propriedade abstrata, geral, como dispêndio de força de trabalho humana, o trabalho do fiandeiro agrega novo valor aos valores do algodão e do fuso, e em virtude de sua propriedade concreta, específica, útil, como processo de fiação, transfere o valor desses meios de produção ao produto e recebe assim seu valor no produto. Daí a dualidade do seu resultado no mesmo instante” (MARX, 1996a, pág. 318)

A riqueza, por seu turno, aparece para todos como o acúmulo de mercadorias, ou de dinheiro, ou de bens em geral, mas no capitalismo a riqueza é, em essência, algo determinado, específico desta forma generalizada de relação social (MARX, 1996, pág. 165), que só poderia ser explicado com a criação de uma categoria abstrata: o valor. Categoria esta que sintetiza, de maneira altamente abstrata, o núcleo desta forma específica e histórica de riqueza, que tem como pressuposto este tipo específico de sociedade, com este conjunto de relações sociais também específicas. A riqueza social, torna-se algo abstrato na concepção marxiana, e é definida como o acúmulo de valor, assim se diferenciando da riqueza material, como também a forma mercadoria se decompõe abstratamente em dois aspectos: em valor de uso e valor de troca. E o trabalho, de modo correlato para Marx, como já demonstrado anteriormente, se difere em duas dimensões, como trabalho concreto específico, e como trabalho abstrato geral.

“A diferença entre riqueza material e valor é central para a crítica marxiana do capitalismo. Sua raiz, de acordo com Marx, está no duplo caráter do trabalho nessa formação social. A riqueza material é criada pelo trabalho concreto, mas o trabalho não é a única fonte de riqueza material, essa forma de riqueza resulta da transformação da matéria por pessoas com a ajuda de forças naturais. A riqueza material surge então a partir das interações dos seres humanos com a natureza, mediadas pelo trabalho útil. [...] sua medida é uma função da quantidade e qualidade do que é objetivado pelo trabalho concreto, e não do dispêndio de tempo de trabalho humano direto. Consequentemente, a criação de riqueza material não está necessariamente vinculada ao dispêndio de tempo de trabalho. O aumento da produtividade resulta em maior riqueza material, quer aumente ou não a quantidade de tempo de trabalho despendido”. (POSTONE, 2014, pág. 226)

A dimensão social desta forma de riqueza é o determinante categórico de sua constituição como forma dominante de riqueza. Somente no capitalismo que a riqueza passa a ser riqueza social, e o valor se torna o núcleo desta forma de riqueza, mesmo que só possamos percebê-lo abstratamente.

“A mercadoria, como valor de uso, satisfaz a uma necessidade particular e constitui elemento específico da riqueza material. Mas o valor da mercadoria mede o grau de sua

força de atração sobre todos os elementos da riqueza material, portanto mede a riqueza social de seu possuidor”. (MARX, 1996, pág. 252-253)

Esta é a diferença entre a riqueza material e a riqueza social capitalista, baseada na produção e acumulação de valor. Além de sua forma ser profundamente abstrata, se situa como algo temporalmente dependente das relações sociais capitalistas. Como Marx nos diz ainda:

“Chegamos, portanto, a esta conclusão. Uma mercadoria tem um valor por ser uma cristalização de um trabalho social. A grandeza de seu valor, ou seu valor relativo, depende da maior ou menor quantidade dessa substância social que ela encerra, quer dizer, da quantidade relativa de trabalho necessário à sua produção. Portanto, os valores relativos das mercadorias se determinam pelas correspondentes quantidades ou somas de trabalho invertidas, realizadas, plasmadas nelas. As quantidades correspondentes de mercadorias que foram produzidas no mesmo tempo de trabalho são iguais. Ou, dito de outro modo, o valor de uma mercadoria está para o valor de outra, assim como a quantidade de trabalho plasmada numa está para a quantidade de trabalho plasmada na outra”. (MARX, 1996, pág. 92)

A mercadoria em seus aspectos físicos, no capitalismo, se mostra como elemento da riqueza material, enquanto o valor é, abstratamente, a substância deste tipo específico de riqueza dominante, a riqueza social. Sendo assim, esta diferença entre riqueza material e riqueza social aparece como uma contradição imanente da esfera da produção no capitalismo. Enquanto a produtividade tem como objetivo principal o aumento da produção material, na forma do aumento da produção de mercadorias, não necessariamente estará aumentando o *quantum* de valor extraído para acumulação. Pois “o valor continua a ser a forma determinante da riqueza e das relações sociais no capitalismo, independentemente da evolução da produtividade” (POSTONE, 2014, pág. 229), significa dizer que o esforço produtivo que faz aumentar a quantidade de mercadorias, também torna o trabalho direto cada vez menos necessário do ponto de vista da riqueza material, tendencialmente para esta produção, ao mesmo tempo em que a riqueza social, o valor, continuará a ser produzido unicamente pelo fator trabalho humano, ainda que este processo não ocorra de forma aparente para os produtores.

Para Marx, enquanto a riqueza material é percebida na “superfície” como a única forma da riqueza, não somente para os indivíduos em geral, mas também para os pensadores clássicos da economia política (MARX, 2013, pág. 438), o processo de valorização do capital terá como modo de operação, o constante emprego de tecnologia e maquinário, fazendo com que o trabalho crie mais mercadorias no mesmo espaço de

tempo, embora menos valor esteja contido proporcionalmente em cada unidade produzida. Ou seja, mesmo que se aumente a quantidade de riqueza material (mercadorias em sua forma), a quantidade em si do valor continuará a depender das relações de produção ligadas ao trabalho humano direto. Como efeito desta contradição que se estabelece então entre valor e riqueza material, no modo de produção

“...ao introduzir um enorme aumento de produtividade, as formas sociais de valor e capital geram a possibilidade de uma nova formação social em que o trabalho humano direto já não seria a principal fonte social de riqueza. Por outro lado, essas formas sociais são tais que o trabalho humano direto continua a ser necessário para o modo de produção e torna-se cada vez mais fragmentado e atomizado”. (POSTONE, 2014, pág. 229-230)

Esta contradição é fundamental para a compreensão do centro da crítica de Marx ao trabalho no capitalismo. Faz-se necessário então o entendimento do caráter histórico da riqueza social como acúmulo de valor. Esta contradição somente pode ser entendida como uma contradição imanente à esfera da produção quando compreendemos que o valor como mediador social abstrato só existe na sua forma dominante na sociedade capitalista. Portanto

“A produção de capitalistas e trabalhadores assalariados, por conseguinte, é um produto principal do processo de valorização do capital. A Economia corrente, que só tem olhos para as coisas produzidas, esquece isso completamente. Tendo em vista que, nesse processo, o trabalho objetivado é simultaneamente posto como objetividade do trabalhador, como objetividade de uma subjetividade contraposta ao trabalhador, como propriedade de uma vontade que lhe é estranha, o capital é ao mesmo tempo necessariamente capitalista, e a ideia de alguns socialistas, segundo a qual precisamos do capital, mas não dos capitalistas é inteiramente falsa” (MARX, 2013, pág. 422)

Isso nos faz crer que Marx, já nos Grundrisse (2013), expõe o problema imanente do modo de produção e do seu correspondente modo de trabalho estranhado, problematizando a concepção que desloca a crítica do capitalismo para uma questão meramente distributiva. A ideia do trabalhador, de modo trans-histórico, como ser ontologicamente representativo dos aspectos humanos universais, cai assim por terra, já que, se, como vimos, a crítica de Marx ao capitalismo é a crítica imanente do modo de produção e tem como centro a própria esfera da produção, então a crítica jamais poderia ser feita a partir do ponto de vista do trabalho, (não obstante a figura do trabalhador ser estratégica para Marx do ponto de vista revolucionário). Tendo como ponto de partida a totalidade social, a crítica do capitalismo só poderia ter feita com foco no seu núcleo material, o trabalho. Assim, compreendemos a diferença entre a crítica do capitalismo do ponto de vista do trabalho e a crítica do trabalho sob o capitalismo, que nos aparece

como sutil, mas que efetivamente parte como centro de determinação da crítica e das consequentes ações em relação ao norte dos marxistas e sua influência nos movimentos revolucionários.

3.2. A crítica do trabalho no capitalismo

Neste ponto, vamos nos focar na esfera da produção como base de análise da crítica marxiana do trabalho no capitalismo. Como vimos no capítulo 2, as metamorfoses da vida sob o capitalismo estão diretamente ligadas aos processos de transformação pelos quais o modo de produção em suas determinações complexas passou ao longo dos anos. O modo de pensar, agir, e, sobretudo, se relacionar dos indivíduos passou por uma série de mudanças, e o motor de tais mudanças, em seus aspectos mais gerais, podemos atribuir à forma como a dinâmica das relações mediadas pelo trabalho no capitalismo atuou, porém não de maneira a condicionar ou determinar, mas no sentido de impor limites e abrir possibilidades para novos desenhos de subjetividade.

Isto se dá, segundo Marx, pois a produção de mercadorias como forma dominante de produção econômica cria o efeito subjetivo de objetificação das relações sociais. A maneira como as relações sociais aparecem se dá de forma peculiar no capitalismo.

“O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. (MARX, 1996a, pág. 198)

Com efeito, ao analisarmos textualmente a descrição de Marx sobre o mistério da mercadoria podemos ver que já no início do primeiro livro de O Capital (1996a) ele

relaciona o trabalho criador de valor na forma de mercadorias como o trabalho cujo consequência de seu produto é de ocultar as relações sociais realmente existentes, fazendo com que as relações entre pessoas apareçam para elas próprias como relações entre coisas. Esse argumento de Marx a respeito da relação entre o trabalho no capitalismo produtor de mercadorias e a respectiva alienação das relações sociais é quase que totalmente negligenciado por boa parte do marxismo tradicional, principalmente ao se tratar do modelo produtivo do *socialismo real* –com a União Soviética e o bloco socialista como exemplos–, que, segundo Postone (2014, pág. 86), nem se aproximaram de romper com o modo de produção capitalista.

Robin Blackburn, de forma dura, inicia sua obra “Depois da Queda – O Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo” (1993) dizendo que a derrocada do mundo soviético contribuiu de forma determinante com a quase extinção da ideia de uma alternativa socialista em suas diversas correntes. Porém, também afirma que é possível uma retomada da perspectiva, e para isso é preciso que o marxismo adquira um olhar crítico sobre si mesmo, em análise de seus erros e acertos históricos. E para iniciar essa análise crítica, resgata alguns momentos interessantes do debate intelectual e do debate no movimento socialista em esforço teórico a respeito das alternativas econômicas, políticas e institucionais, bem como os seus eventuais problemas, para além do capitalismo.

Blackburn faz assim um esforço válido e instigador ao apontar a importância de se reavivar um debate mais aprofundado dentro do campo marxista e, sobretudo com o objetivo de alimentar a capacidade imaginativa daqueles que estão genuinamente interessados no advento de um socialismo possível (BLACKBURN, 1993).

De outra forma, Perry Anderson em “Considerações Sobre o Marxismo Ocidental” (1976) trata dos possíveis problemas do materialismo histórico atravessa na contemporaneidade quanto a sua capacidade de ser uma resposta, tanto para as demandas humanas mais recentes, como ainda um instrumento revolucionário. Para ele, as fraquezas teóricas e por consequência práticas do marxismo, sobretudo a perpetuação destas se deve à posição dominante no campo dos socialistas que historicamente ocupa. Pela ausência de uma proposição teórica que pudesse rivalizar com o materialismo histórico, o pensamento marxista se tornou de certa forma acomodado, o que contribuiu

para a falta cada vez mais generalizada de uma perspectiva da possibilidade de construção do socialismo nessas bases, o que foi aprofundado pelas experiências práticas, tanto do socialismo do leste europeu, quanto dos partidos marxistas integrados à institucionalidade liberal. Anderson ainda vai chamar atenção ao surgimento de movimentos sociais de caráter progressistas, como o feminismo e o pacifismo, mas que não formaram suas bandeiras em relação necessária com o socialismo. O que, para ele, deveria ser corrigido do ponto de vista de uma teoria capaz de dar conta da emancipação humana num sentido não somente estrito da relação entre trabalho e capital, mas em todas as contradições complexas presentes na sociedade de classes. Para ele, apesar dos problemas e dificuldades enfrentados pelo materialismo histórico,

“Seria absurdo imaginar que Marx, Lenine ou Trotsky pudessem ter resolvido satisfatoriamente todos os problemas das suas épocas, para não falar daqueles que apareceram após eles. O facto de Marx não ter decifrado o enigma do nacionalismo, de Lenine nada ter elucidado acerca do movimento da democracia burguesa, e de Trotsky não ter predito revoluções sem soviets, não é motivo nem de surpresa nem de censura. A grandeza das suas obras não será afectada por qualquer registo das suas omissões ou dos seus erros. Na verdade, como a tradição que eles representavam se centrou sempre nas estruturas políticas e económicas de uma maneira que não se verificou no marxismo ocidental, com a sua orientação tipicamente filosófica, os mesmos problemas reaparecem praticamente como problemas universais perante qualquer militante socialista do mundo contemporâneo. (ANDERSON, 1976, pág.155).

Segundo Kurz, as experiências históricas de rompimento com a sociedade burguesa, especificamente as revoluções russa e cubana, não tomaram a questão do estranhamento da produção de valor-trabalho como uma questão central para o estabelecimento de um modo de produção pós-capitalista (KURZ, 1992). Ao invés disto, estas sociedades reproduziram uma interpretação do marxismo que enxergava no trabalhador, ou na sociedade de trabalhadores o fim das classes num mundo comunista. De início, para ele, essa ideia expõe uma contradição no sentido em que coloca a categoria *trabalhador* como uma definição simplista da ontologia humana. O humano, nesta concepção, se resume em essência ao trabalhador, e a sociedade, à sociedade do trabalho. Para Kurz, as sociedades construídas a partir do modelo decorrente da revolução russa, não só não romperam com o aprisionamento do trabalho abstrato, como ainda o reproduziram. Isto, segundo ele, trouxe consequências graves para a viabilidade do desenvolvimento de uma institucionalidade efetivamente democrática. Da mesma forma que, na sociedade liberal, o homem é reduzido à figura do trabalhador, nestes

exemplos do mundo socialista, ainda se preservou o modelo do homem econômico, do ser cujo tempo está voltado quase que exclusivamente para a produção.

Com a produção ainda sendo prioritariamente produção de valor, nem a lógica da acumulação, nem a ideia do homem trans-historicamente trabalhador foram, de fato, rompidas. Ainda que o controle da produção passasse para a gestão de uma classe de burocratas do partido, a atividade política não se materializou em atividade democrática, nem no sentido de generalizar a ingerência sobre a economia, nem na maior participação das pessoas comuns na administração pública. Aparte a avanços do “socialismo de caserna”, como denomina Kurz, advindos da planificação da produção e de uma distribuição mais racional de riqueza, de fato, o *fetich*e do trabalhador manteve a política como uma dimensão subalterna da vida social. Tal como é na democracia liberal, o interesse econômico, que foge à determinação das vontades humanas, se sobrepôs também às possibilidades democráticas do socialismo soviético, além de, em um período crítico, entrar em colapso por conta da falta de dinamismo de uma produção capitalista sob monopólio estatal e com ausência de concorrência no mercado interno.

“Na modernidade produtora de mercadorias, são os próprios sujeitos que trabalham por sua crise; na economia de caserna estatista eles fazem apenas de modo peculiar. A lógica do princípio da mais-valia exige, como já mostramos, a existência da circulação (do mercado) como esfera de realizações da mais-valia, porque o dinheiro, a forma encarnada da mais-valia, somente pode aparecer no momento da circulação. A pretensão do socialismo real de socializar diretamente os sujeitos, desmente-se, portanto, a si mesma pela determinação formal pressuposta desses sujeitos, nas categorias de uma socialização negativa, apenas indireta. Pois quanto à sua forma de manifestação (e nisso eles não se distinguem fundamentalmente daqueles do Ocidente), têm de ser sujeitos de troca”. (KURZ, 1992, pág. 86)

Ao preservar a extração de mais valor com a finalidade da troca na esfera do mercado, o socialismo real manteve o mesmo pressuposto do capitalismo liberal perpetuando a forma do trabalho abstrato como fundamento gerador de riqueza social. Dessa forma, as relações sociais continuaram mediadas pelo trabalho, em sua forma específica dominante fundada na sociedade mercantil. Como consequência disto, uma determinada de ética, ligada à valorização da atividade produtiva, disseminada nestas formações sociais, atribui ao trabalho em si uma carga metafísica descolada da finalidade da produção de objetos úteis.

“Mas o trabalho, nessa curiosa forma abstrata, pode ser definido também como atividade que, de maneira igualmente curiosa, traz sua finalidade em si mesma. É precisamente esse

caráter, de finalidade inerente, que tanto caracteriza tanto o sistema burguês do Ocidente e o movimento operário moderno: revela-se no ‘ponto de vista do trabalhador’ e no *ethos* de trabalho abstrato aquela idolatria fetichista do maior e mais intenso dispêndio possível de força de trabalho, além das necessidades concretas subjetivamente perceptíveis”. (KURZ, 1992, pág. 18)

A ética protestante, presente na sociedade liberal, como ética adequada ao modo de produção capitalista, como analisa Weber (2004), se mantém, fora da esfera religiosa, como uma religião secularizada no *ethos* do socialismo real e do movimento operário, como fetiche do trabalho e da figura do trabalhador. A valorização do trabalho aparece como uma virtude moral independente da finalidade concreta, necessária, da atividade produtiva. O trabalho abstrato se torna então um fim em si mesmo, tomando energia e absorvendo o tempo humano de vida, fragmentando e atomizando os indivíduos que não se reconhecem como elementos ativos diante das relações que lhes aparecem como relações entre coisas.

A crítica do trabalho no capitalismo se estende então para a crítica da concepção do trabalho como atividade trans-histórica, que envolve tanto a forma dominante de trabalho na sociedade liberal, quanto nas formações do socialismo real, que poderiam ser melhor definidas como capitalismo estatista distributivo, pois somente se focaram na esfera da distribuição como forma de corrigir as mazelas aparentes da sociabilidade capitalista, preservando assim, a esfera da produção no mesmo modelo da produção de valor baseado no trabalho abstrato.

Para Postone, já podemos identificar esta crítica em Marx, quando este disserta sobre o processo de estruturação da divisão do trabalho.

“Claramente, Marx está criticando a estrutura ‘planificada’ de produção e o modo de distribuição mediado pelo mercado no capitalismo. Ele fundamenta ambos na forma-mercadoria, como desdobrada na forma de capital e, portanto, caracteriza o capitalismo do ponto de vista da oposição entre o indivíduo atomizado, aparentemente descontextualizado, e o todo coletivo, em que indivíduos funcionam como meras engrenagens [...] Sua noção de superação do capitalismo, portanto, não pode ser compreendida apenas como superação no mercado ou a extensão, a toda a sociedade, da ordem planificada vigente na oficina. Marx descreve essa ordem como a completa submissão do trabalhador ao capital (entendida não como propriedade privada, mas como uma organização do trabalho que aumenta sua força produtiva. Em vez disso, sua análise implica que a superação do capitalismo exigiria a superação tanto do despotismo ‘planificado’, organizado e burocrático gerado na esfera da produção, como da anarquia na esfera de distribuição, em que o primeiro recebe primazia fundamental” (POSTONE, 2014, pág. 386).

A crítica de Marx à divisão social do trabalho é o ponto chave da sua crítica em relação aos efeitos subjetivos e objetivos do trabalho alienado.

Desta maneira, podemos perceber que provavelmente a negligência dos dirigentes ou a cegueira de seus críticos diante desta verdade inconveniente teve como consequência o colapso das experiências mais avançadas de sociabilidade resistentes ao modo de vida burguês. A prática revolucionária que tem por objetivo a distribuição da riqueza por meio de uma apropriação gerencial da produção capitalista em seu modo, em pouco se difere do Estado capitalista que promove uma política de distribuição de renda mais profunda. Não obstante ser compreensível que a complexidade de uma reformulação tão radical dos fundamentos econômicos já introjetados e naturalizados se dê em meio à luta visceral contra forças internacionais reacionárias, a relação entre os passos possíveis e o que se vislumbra como porta de saída do modo de produção capitalista só poderia existir se, ao menos, estivesse presente a perspectiva do rompimento e da criação de um realmente novo modo de produção, não mais baseado no trabalho abstrato, no aumento indefinido de produtividade e na expansão *ad eternum* do valor.

3.3. Política e alienação do trabalho

Diferentemente da concepção tradicional, a esfera determinantemente capaz de ser o campo de luta pela emancipação em relação à dominação abstrata, do ponto de vista social, é a esfera da política. Uma forma de gestão socializada dos meios de produção não basta para acabar com a alienação do trabalho abstrato. Não obstante, a partir do modo contraditório de funcionamento do metabolismo interno do sistema, podemos identificar fissuras na couraça ideológica que sustenta a reprodução do modo de vida na sociedade capitalista. O avanço tecnológico com a finalidade de aumentar a produtividade, aplicado a diversos processos, que incluem, dentre outras coisas, as comunicações, resultou no advento da internet.

A internet é provavelmente a ferramenta com a qual o modo de produção conseguiu se afirmar de forma mais eficiente na dinâmica de sua lógica intrínseca. O incremento técnico-científico da produção capitalista não somente atribuiu novas ferramentas e máquinas à produção, mas acabou por modificar as relações humanas em todas as esferas da vida. A internet, produto desse incremento, reduziu de forma drástica o tempo do ciclo produtivo (DANTAS, 2012), se tornando assim algo vital para a continuidade da expansão do valor e conseqüentemente para a manutenção deste modo de produção.

Ao mesmo tempo em que maximizou a produtividade, também criou novos e eficientes canais de contestação social. Dificilmente é possível se negar a importância da internet por meio das *redes sociais* nos levantes, manifestações, passeatas e revoluções ocorridas nos últimos tempos. Neste sentido, é possível dizer que as *redes sociais* são espaços vivos de trocas e embates políticos que, para além do seu caráter de virtualidade, se materializam com desdobramentos sérios na vida real. Da mesma forma que guarda em si a mola propulsora da vitalidade renovadora do capitalismo, a internet é também o veículo de propagação de ideais anticapitalistas mais eficiente da história do capitalismo. O que se tornou patente com a *primavera árabe*, os *occupy*, os *indignados* e todos os outros levantes e manifestações populares pós-crise de 2008 (HARVEY, 2014).

Na tentativa de refrear esse caráter progressista e emancipatório da internet, ou mesmo como meio coerente ao fim último e primeiro da lógica capitalista, a valorização do capital, a articulação entre o Estado e as maiores empresas *web*, como o *Facebook* e a *Google*, segundo Julian Assange (2013), editor chefe do site *Wikileaks*, proporcionou, no mundo contemporâneo, o quase extermínio da privacidade do indivíduo, ao mesmo tempo em que o Estado e suas instituições se tornam cada vez mais opacas, fato que, para ele, contribui para o enfraquecimento da democracia em todos os níveis.

Assange talvez seja o maior símbolo da contradição entre a natureza democratizante da internet com relação à distribuição de informações e a capacidade dos agentes dos interesses político-econômicos de tentar escondê-las. O *Wikileaks*, portal da internet fundado em 2006 com o objetivo de divulgar arquivos confidenciais de governos do mundo todo, irritou a tal ponto alguns atores políticos, que em 2010,

após disponibilizarem documentos que mostravam crimes cometidos pelos Estados Unidos nas guerras do Iraque e do Afeganistão instaurou-se uma caçada internacional ao seu editor chefe e principal figura, Julian Assange. Essa caçada envolveu um mandado de prisão expedido pela justiça sueca em novembro deste mesmo ano, por supostas relações sexuais não consensuais. Pela estranheza dessas acusações²⁶ e pelo momento oportuno para mostrar que dificilmente alguém contraria interesses tão poderosos e segue sua vida livremente. Agora vivendo em prisão domiciliar na embaixada do Equador em Londres, com um mandado de extradição em vigor e vários pedidos de salvo-conduto negados pelo governo britânico, Assange se tornou um exemplo de como sua vida pode se tornar difícil ao contrariar tais interesses.

O seu livro “Cypherpunks - Liberdade e o Futuro da Internet” (2013), produzido com coautoria e a partir de uma conversa com Jacob Appelbaum, Andy Müller-Maguhn e Jérémie Zimmermann –hackers e ativistas pela liberdade de expressão na internet– que tem como tema central o debate justamente sobre a forma como a internet vem sendo desenhada para ser cada vez menos um veículo de circulação e distribuição de informações e um potencializador da liberdade de expressão do indivíduo para se tornar um aparelho totalizador de controle destes indivíduos.

O argumento levantado por eles é o de que cada vez mais somos impelidos a estarmos conectados. Nossas vidas e nossas relações sociais estariam cada vez mais dependentes dessa conexão pela internet, principalmente através de sites como o Facebook e o Google. E como consequência disto, as nossas informações pessoais, os nossos gostos, pensamentos, ações e ligações sociais ficam cada vez mais expostos a essas grandes corporações, que por sua vez as disponibilizam para os governos e as agências de segurança dos Estados sem restrição. Essas informações, que para as empresas têm uma finalidade mercadológica ao racionalizar e individualizar a experiência no ambiente virtual, para os Estados, servem não somente para que encontrem criminosos com mais facilidade, mas também como uma eficiente ferramenta de controle dos indivíduos. Segundo Appelbaum é o “panóptico perfeito” (APPELBAUM, ASSANGE, MÜLLER-MAGUHN e ZIMMERMANN, 2013, pág. 46), pois antes as pessoas eram pagas para vigiarem as outras, enquanto que hoje elas

26 Ver: <http://ponto.outraspalavras.net/2010/12/08/os-estranhissimos-estupros-de-julian-assange/>

entregam suas informações de graça e só têm como recompensa a manutenção ou o estabelecimento de novas relações sociais (APPELBAUM, ASSANGE, MÜLLER-MAGUHN e ZIMMERMANN, 2013).

Para eles, a internet se tornou um campo de batalha pela liberdade de expressão, um terreno onde se dá a luta entre a tentativa de controle totalitário do Estado e a livre expressão dos indivíduos. Para eles o futuro da internet se configura cada vez mais nessa forma de arquitetura do controle totalitário sobre os indivíduos. Na contraofensiva, eles propõem o uso da criptografia como a chave para que o indivíduo se proteja desse controle estatal. Mas essa solução talvez encontre o limite do conhecimento específico sobre códigos e linguagem criptográfica que é ainda distante para o usuário médio da internet.

De fato, somos cada vez mais empurrados para a esfera do *virtual*, e, como consequência, o *virtual* passa a tomar cada vez mais importância e se tornar parte integrante do real. Assim, como algo inexorável à nova morfologia da dinâmica do modo de produção, a transmissão veloz e o armazenamento quase infinito de dados, que substituiu as pilhas de papel das repartições públicas e dos arquivos das empresas, as transações financeiras e os fluxos de capital em tempo comprimido fizeram da internet algo sem volta. Mas que, não obstante, carrega em si tanto o potencial emancipatório, ao estabelecer formas mais fáceis de conexão entre pessoas, com fluxos de informações correndo para um número maior de indivíduos, quanto totalizador, em relação à possibilidade de controle sobre estes mesmos indivíduos, de maneira que nunca antes fora vista.

O mesmo processo que ensejou a criação da internet, abrindo assim uma rede de interconexões que suprimiu boa parte do dispêndio de tempo de trabalho social em diversos ramos da economia e das finanças, mas, sobretudo, na área das comunicações, também aprofunda os mecanismos que tornam cada vez mais complexa a divisão social do trabalho, bem como, a posição dos sujeitos em relação à luta de classes ganha uma forma própria, a medida em que se criam diferentes subjetividades a partir das novas relações desenvolvidas em ambiente *online*.

De acordo com John Holloway (2013), a abstração do trabalho submete os indivíduos a certas identidades enquanto trabalhadores, que, com efeito, os fazem entregar seu poder decisório à externalidade das relações de produção. O indivíduo converte seu “poder-fazer” em “poder-sobre” externo, estranhado. Esta forma de dominação que impõe aos indivíduos uma função no esquema da divisão social do trabalho, cuja fonte de determinação de poder sobre eles mesmos aparece de forma abstrata, é exclusiva do capitalismo. Só na sociedade capitalista que a esfera da atividade econômica aparece às pessoas como cindida da esfera das relações políticas, da vida em comunidade. As relações de poder aparecem então como relações entre capitalistas e trabalhadores, como relações puramente econômicas. E, por existirem tensões entre as classes, que aparecem como puramente econômicas aos indivíduos, as instâncias institucionais políticas servem na prática como mantenedoras desta ordem.

“A sociedade que é constituída pelo trabalho abstrato, pela repetida transformação de nosso ser-capaz-de-fazer em um poder sobre nós, é uma sociedade antagonista. Ela se baseia na frustração do nosso fazer, do nosso impulso para fazer o que consideramos necessário ou desejável. Esta frustração fundamental é ao mesmo tempo um antagonismo de classe, um antagonismo entre aqueles que são criados pelo –e em benefício do– trabalho abstrato (os capitalistas) e aqueles que são forçados a desempenhar o trabalho abstrato (os trabalhadores) [...] A nossa externalização de poder adquire uma dimensão extra. O poder-sobre, aquele monstro criado pela metamorfose de nosso poder-fazer, se duplica. Ele passa a existir em duas formas diferentes: a econômica e a política. Lá se desenvolve com o tempo uma instância separada da sociedade, que busca assegurar a ordem social necessária ao comando do trabalho abstrato. Esta instância é o Estado”. (HOLLOWAY, 2013. Pág. 129)

Segundo ele, nas sociedades anteriores, o poder político aparecia como relação direta entre dominantes e dominados. O senhor feudal, por exemplo, exercia seu poder de maneira clara sobre seus servos, “a dominação era diretamente pessoal e abertamente hierárquica” (HOLLOWAY, 2013, pág. 129), e se estabelecia dentro de uma coesão social comunitária. Mesmo que possamos considerar essa concepção de Holloway simplista, se tomarmos como base, por exemplo, a teoria de Norbert Elias (1994) que apresenta uma concepção mais complexa em que os processos civilizatórios de dominação sempre ocorrem de forma a se internalizarem com os sujeitos, podemos entender que a relação entre dominante e dominado se dava de forma bastante diferente.

Isso se transforma na sociedade mercantil moderna com a generalização das trocas, e os indivíduos passam a enxergar sua forma de adesão à nova coesão social através da venda de mercadorias e de sua força de trabalho também como mercadoria. A

igualdade de direitos surge na forma de uma cidadania abstrata, consolidando sua autoimagem abstrata de indivíduo apartado de sua comunidade como forma de relação política inerente à abstração do fazer em trabalho. O Estado surge como uma entidade separada da sociedade, como um derivado do trabalho abstrato necessário para a reprodução deste. Aparece como uma esfera institucional garantidora de igualdade abstrata de direitos, que separa abstratamente a política da economia, em duas esferas externas em relação aos indivíduos, e separadas entre si. Esta cidadania constituída na mediação das relações de poder alienadas é basicamente formal e não abarca as relações reais de poder e a vida social concreta.

Holloway diz ainda, como Postone (2014), que a dominação abstrata cria um efeito de homogeneização do tempo. O trabalhador repete seu trabalho em unidades de tempo –horas, dias, semanas etc– e a medida em que a produtividade avança sobre as suas horas de vida, o mesmo assume que esta repetição, sem sentido para si, da mesma atividade é algo natural, intransponível. O vazio de sentido que toma sua vida se estende para sua perspectiva futura, e o torna descrente de qualquer possibilidade de mudança. A dominação em relação ao tempo abstrato é a que de fato entorpece os trabalhadores e limita-os em consciência para a possibilidade de transformação de suas vidas. A inexistência de uma perspectiva de futuro não baseado na repetição do presente tem como efeito geral a incapacidade do ser social atuar como sujeito ativo revolucionariamente, ou, ao menos, politicamente em relação à forma de organização social na qual está inserido (HOLLOWAY, 2013, pág. 133).

Não à toa, a luta pela redução da jornada de trabalho representou um marco histórico e organizativo para a classe trabalhadora. Contudo, segundo Holloway, se deu dentro dos limites da perspectiva da realidade dominada pelo tempo abstrato. Pois a demanda dos trabalhadores era pela redução do seu tempo ocupado pelo capitalista no ambiente do meio de produção, e não pela apropriação do tempo para si. A forma como os indivíduos se relacionam com o tempo já é estabelecida pelo tecido da sociedade capitalista como relação com o tempo abstrato. Assim, a luta da classe trabalhadora é viva e constante, mas se dá dentro das regras das relações dominantes mediadas pelo trabalho abstrato (HOLLOWAY, 2013, pág. 135), o que torna a luta pela superação das relações capitalistas ainda mais difícil, se pensarmos que o guia teórico da esquerda

revolucionária é ineficiente e historicamente se mostrou incapaz de ir além do capitalismo de Estado (POSTONE, 2014, 457).

Lutar contra a dominação capitalista, desta forma, seria lutar contra a dominação abstrata, contra a alienação do trabalho que sujeita todos os seres humanos às determinações exteriores, estranhas.

“Na medida em que procura fundamentar socialmente e criticar as relações abstratas e quase objetivas do capitalismo e a natureza do trabalho, da produção e dos imperativos do crescimento nessa sociedade, a crítica de Marx poderia fornecer a base de uma análise dos eventos contemporâneos, abordando, mais adequadamente do que o marxismo tradicional, as fontes de muitas preocupações, insatisfações e aspirações atuais” (POSTONE, 2014, pág. 455)

Ao identificarmos as diferenças entre as concepções do marxismo tradicional para esta interpretação podemos perceber também que, historicamente, com o advento do estalinismo e em seguida com a queda do muro de Berlim, a extrema esquerda deixou de ser, na prática, um perigo revolucionário, para ser, em tese, uma possibilidade revolucionária. Possibilidade essa pouco crível, até mesmo para os próprios defensores do anti-capitalismo. Isso pode ter tornado as organizações reivindicantes do marxismo revolucionário superespecialistas em sobreviver em meio ao ceticismo da mudança real, e tornarem-se assim espécies de religiões da profecia de um mundo que viria, não se sabia bem de onde, nem para onde, calcadas nas contradições sensíveis da luta de classe e em análises rasas baseadas em interpretações pouco elaboradas das teses de Marx.

Segundo Mangabeira Unger (2001), o marxismo padece de um fetichismo estrutural e institucional. Pois se encontra apegado a concepções sobre certas formas institucionais como únicas ou necessárias. Desta maneira, ele enxerga no marxismo também um determinismo histórico²⁷, que, segundo Leandro Konder (1988), no Brasil, pode ser identificado como produto de uma leitura vulgar e dogmática dos pressupostos do marxismo feita pelos seus herdeiros, em meio a um contexto de uma prática que privilegiava a sobrevivência em detrimento da ação revolucionária real. Quando a prática nada tem a ver com a teoria, esse afastamento se torna contínuo e depois de um tempo não se percebe mais a distância do descolamento. Esse dogmatismo, que se afasta da teoria e método marxistas, abre espaço para o fetichismo das estruturas e das

27 Para Unger, o determinismo de Marx deve ser avaliado dentro da compreensão de seu vínculo com concepções funcionalistas.

instituições. A teoria estagnada dá às estruturas da realidade uma fixidez de dimensão imaginária. O dogmatismo dominou este pensamento e o fetichismo o tolheu de possibilidades alternativas de ação. A teoria, que não domou a realidade, se afastou dela e passou a caminhar em paralelo. O mundo real era a contradição da ideia, e não mais o oposto. A crise teórica do marxismo é, então, a crise da prática marxista. Que é bem diagnosticada por Unger (2001), embora cometa o mesmo erro dos neo-hegelianos criticados por Marx (2007), ao limitar sua crítica a pura crítica das ideias, sem dar espaço para a luta real concreta já existente da classe trabalhadora como fez Marx ao longo de sua obra.

No manifesto do partido comunista (1998), Marx afirma que “os comunistas podem resumir sua teoria numa única expressão: supressão da propriedade privada” (MARX, 1998, pág. 52). E que

“Ser capitalista significa ocupar não somente uma posição pessoal, mas também uma posição social na produção. O capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade, em última instância pelos esforços combinados de todos os membros da sociedade. O capital não é, portanto, um poder pessoal: é um poder social” (MARX, 1998, pág. 52-53)

Para Erich Fromm (1975), a propriedade privada, da qual emana o poder do capitalista, é produto da forma alienada do trabalho. O “poder social” do qual fala Marx é impessoal, a medida em que se encontra de maneira disseminada e independente da figura específica do proprietário. Não é a propriedade privada que cria o trabalho alienado, de outra forma, é o trabalho alienado que tem na propriedade privada um elemento de reprodução do estranhamento. É pela relação com um produto cuja propriedade é de outro, um estranho, que a propriedade privada se desenvolve como um atributo desta sociedade burguesa onde o trabalho alienado é o trabalho dominante, como produto colateral²⁸ (FROMM, 1975, pág. 99). Abolir a propriedade privada, então, para Marx, não seria abolir o trabalho alienado, mas sim acabar com um sintoma dele, que historicamente se encontra na forma da propriedade burguesa dos meios de produção (MARX, 1998, pág. 52).

Como poder social, o capital se reproduz com um determinante nuclear: o trabalho alienado. E sobre esse aspecto, nas poucas linhas que Marx gasta para descrever o que

²⁸ Mas não necessário, o que corrobora para a ideia do capitalismo de Estado nos países do socialismo real.

para ele seria o socialismo, ele foca em projetar uma ideia de sociedade cuja relação entre os homens e sua reprodução vital, bem como sua forma de socialização, não sejam mediadas pelo trabalho alienado, mas organizado e gerido pelas relações políticas diretas entre os humanos.

“The actual wealth of society, and the possibility of constantly expanding its reproduction process, therefore, do not depend upon the duration of surplus-labour, but upon its productivity and the more or less copious conditions of production under which it is performed. In fact, the realm of freedom actually begins only where labour which is determined by necessity and mundane considerations ceases; thus in the very nature of things it lies beyond the sphere of actual material production. Just as the savage must wrestle with Nature to satisfy his wants, to maintain and reproduce life, so must civilised man, and he must do so in all social formations and under all possible modes of production. With his development this realm of physical necessity expands as a result of his wants; but, at the same time, the forces of production which satisfy these wants also increase. Freedom in this field can only consist in socialised man, the associated producers, rationally regulating their interchange with Nature, bringing it under their common control, instead of being ruled by it as by the blind forces of Nature; and achieving this with the least expenditure of energy and under conditions most favourable to, and worthy of, their human nature. But it nonetheless still remains a realm of necessity. Beyond it begins that development of human energy which is an end in itself, the true realm of freedom, which, however, can blossom forth only with this realm of necessity as its basis. The shortening of the working-day is its basic prerequisite.”²⁹ (MARX, 1999, pág. 571)

Marx trata desta maneira, o “reino da liberdade” como tempo de vida para além do trabalho produtivo. Na sociedade pós-capitalista, o trabalho que supre as necessidades básicas dos seres humanos deveria se encurtar ao máximo, na medida em que a produtividade proporcionada pelo progresso técnico já seria capaz de criar riqueza material em escala crescente. A irracionalidade do capitalismo consiste então na contradição entre a finalidade abstrata da produção de valor, como forma de acúmulo de riqueza social que é o objetivo principal do modo de produção capitalista, com a

29 A verdadeira riqueza da sociedade e a possibilidade do processo de sua reprodução em constante expansão, portanto, não dependem da duração do trabalho excedente, mas da sua produtividade e das condições de produção mais ou menos copiosas sob as quais se realiza. De fato, o reino da liberdade realmente só começa quando o trabalho que é determinado pela necessidade e por considerações mundanas cessa; desta forma, a própria natureza das coisas está para além da esfera da produção material real. Assim como o selvagem deve lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades, manter e reproduzir a vida, assim deve o homem civilizado, e ele deve fazê-lo em todas as formações sociais e sob todos os modos possíveis de produção. Com seu desenvolvimento, este reino de necessidade física se expande como resultado de seus desejos; Não obstante, ao mesmo tempo, as forças de produção que satisfazem esses desejos também aumentam. A liberdade neste campo só pode consistir no homem socializado, os produtores associados, racionalmente regulando seu intercâmbio com a Natureza, colocando-a sob seu controle comum, em vez de ser governada por ela como pelas forças cegas da Natureza; E conseguir isso com o menor gasto de energia e em condições mais favoráveis e dignas de sua natureza humana. Mas, no entanto, continua a ser um domínio de necessidade. Além disso, começa o desenvolvimento da energia humana, que é um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que, no entanto, só pode florescer com este reino de necessidade como base. O encurtamento da jornada de trabalho é o seu pré-requisito básico.

possibilidade emancipadora que essa mesma produção –que aparece como produção de riqueza material– representa para adentrarmos o “reino da liberdade”. Desta forma, diferentemente da proposta capitalista de redução da necessidade do trabalho com o fim na expansão do valor, Marx afirma a otimização do tempo ocupado pelo trabalhador com o fim de livrá-lo da necessidade do trabalho.

A ideia da inexorabilidade da extração de mais valor, de trabalho excedente na sua forma abstrata, atinge também o marxismo tradicional. Pois ao identificar o trabalho no capitalismo como trans-histórico, se naturaliza o modo de produção, e sua necessidade indefinida de expansão do valor pelo aumento contínuo da produtividade do trabalho, que não ocorre com a finalidade básica de suprir as necessidades humanas, mas de produzir valor, sob outra gestão, ou distribuir essa produção de modo mais humanizado. O erro destas proposições é o de negligenciar o fator alienante necessário da produção com o fim na produção de valor.

“A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão” (MARX, 1996b, pág. 253)

Ao se socializar os meios de produção, “revolucionando” somente a esfera da distribuição, sem que haja de fato uma reestruturação no *modo como se produz*, o trabalho alienado permanecerá como forma de mediação dominante das relações sociais e a riqueza perseguida permanecerá como riqueza social abstrata, e não como riqueza objetiva, materializada no conjunto dos valores de uso realmente necessários. Toda luta revolucionária se torna assim estéril se não tiver como alvo os grilhões invisíveis aos olhos dos homens comuns.

Na passagem anterior, Marx descreve justamente a relação entre trabalho não alienado e produção de riqueza material como fim deste. Ele quer dizer que, quando o trabalho tem como fim a obtenção de coisas úteis, não há necessidade da criação de excedentes como um imperativo sistêmico. Então, a medida em que se torna mais produtiva, a atividade econômica se reduz em sua duração temporal e também como

ocupação geral da vida humana. O trabalho socialmente necessário vai deixando assim de ser atividade necessária do ponto de vista natural, como trabalho trans-histórico, bem como do ponto de vista do modo de produção.

Na contemporaneidade, dentro da perspectiva do modo de vida da sociedade capitalista, o próprio conceito de necessidade humana se confunde em meio à criação de necessidade projetada artificialmente como elemento integrante dos meios de expansão do valor. Para Fromm, “as necessidades falsas são experienciadas como sendo urgentes e reais tal e qual as verdadeiras, e sob um ponto de vista puramente subjetivo não poderia haver um critério para fazer a distinção” (FROMM, 1975, pág. 65). Esta confusão somente pode ser resolvida no momento em que, de fato, não seja imperativo aos seres humanos o acesso à riqueza social como acesso único, quase exclusivo no mundo, aos bens úteis, através da venda da força de trabalho como mercadoria, como algo estranho a si.

Fromm interpreta que

“O socialismo, para Marx, nunca foi por si mesmo a consecução da vida, porém a condição para essa consecução. Quando o homem tiver construído uma forma racional e não alienada de sociedade, terá a oportunidade para iniciar com o que é a meta da vida: ‘o desenvolvimento das forças humanas que é o próprio fim, o verdadeiro reino da liberdade’. Marx [...] nunca teria sonhado que sua ideia de socialismo pudesse ser interpretada como tendo por meta o Estado de ‘bem estar’ ou ‘obreiro’, com todo mundo bem alimentado ou vestido” (FROMM, 1975, pág. 64)

E prossegue:

“O homem, segundo Marx, criou no decurso da História uma cultura que ele terá liberdade de tornar sua quando se livrar dos grilhões não só da pobreza econômica, mas a pobreza em sua fé no homem, nas potencialidades intrínsecas e reais da essência do homem que se formaram ao longo da História. Ele encarou o socialismo como a condição para a liberdade e criatividade humanas, não como constituindo em si o objetivo da vida do homem” (FROMM, 1975, pág. 64)

Significa dizer que, segundo Fromm, a ideia de liberdade, ou emancipação, em Marx, tem como fundamento a ideia de realização plena das potencialidades essenciais do ser social. O socialismo seria assim, o momento histórico em que estarão claros aos olhos humanos a possibilidade de determinar seu modo de vida para além das necessidades *verdadeiras* e *falsas*, ou seja, em outras palavras, seria a forma histórica de organização social capaz de ser provedora da produtividade capaz de transformar o trabalho trans-histórico em algo diminuto do ponto de vista do tempo ocupado pelos

humanos, e, ao mesmo tempo, lugar de profusão potencial do engrandecimento criativo dos seres humanos em coletividade.

Esta forma social nova teria como base fundamental não somente a gerência da produção sob controle social, mas, sobretudo, a democratização de todos os aspectos da vida coletiva. A política, nesse sentido, seria, para além da esfera privilegiada para a luta da classe trabalhadora contra o poder do capital durante o período histórico do capitalismo, o campo trans-histórico abarcador de todas as relações sociais e mediador de todos os aspectos da vida em sociedade, agora na sua forma aparente.

4 – Conclusão

A teoria do valor de Marx não tem a mesma natureza da teoria do valor dos clássicos da economia política, não se pretende ser uma fórmula conceitual para o entendimento de um fenômeno econômico, mas sim o ponto de partida para a crítica das relações sociais encobertas pelo auto discurso do modo de vida na sociedade capitalista. Os conceitos e a própria linguagem da teoria econômica são usados por Marx como base de sua crítica imanente ao capitalismo. A economia política é a estrutura alienada sobre a qual ele tece suas considerações a respeito da necessidade de se negar a própria aparência dos fenômenos econômicos que se manifestam em detrimento da identificação de seus efeitos sociais, e que, somente se reproduzem pela condição destes efeitos sociais obscurecidos.

Logo percebemos que a teoria do valor em Marx segue, ao longo de todos os seus estudos econômicos, uma linha de nexos com a sua teoria da alienação. Assim, para ele, a compreensão dos fenômenos sociais, bem como a sua visão de transformação do mundo, se dá pela via da crítica, não somente teórica da sociedade burguesa, mas também da prática da luta concreta, corporificada na luta da classe trabalhadora, que sofre diretamente de maneira sensível as mazelas da forma do trabalho alienado.

A classe trabalhadora também seguiu a tendência vista por Marx, e se tornou cada vez mais fragmentada, em pequenas coletividades ou em indivíduos atomizados, em suas respectivas consciências forjadas na mediação das relações mercantis dominantes. Isso teve como reflexo uma extrema dificuldade em se atualizar as análises categoriais de Marx, pelos marxistas em particular e pelas ciências sociais em geral. Pois, a medida em que a classe trabalhadora atingia um grau a cada dia maior de complexidade em seus diferentes modos de vida e consciência, também se tornou mais difícil o desenvolvimento de um pensamento teórico que desse conta das transformações em curso.

Ao apresentarmos dados que indicam a validade e atualidade das categorias criadas por Marx em sua crítica da economia política, fica claro que o marxismo

tradicional não é, e talvez nunca tenha sido, capaz de ser o guia teórico para a emancipação da dominação capitalista, pois de início não compreende os pressupostos básicos da própria crítica original de Karl Marx ao capitalismo como modo de produção e ao trabalho alienado em específico. Ao invés de cair na proposição binária que opõe de um lado a abolição completa do modo de produção, com um certo sentido possível de nostalgia a um passado anterior ao capitalismo, e, de outro, a ideia de uma inexorabilidade do movimento modernizante desta forma de trabalho, Marx aponta para uma via que não se encontra em sua obra nem de forma clara e acabada, nem de maneira teleológica, mas que, de pronto, nega certos pressupostos centrais que constituem o sistema tal como ele é, como a produção de valor através do trabalho alienado.

Para concluir este trabalho cabe uma última reflexão a respeito da natureza da crítica marxiana em relação às diferentes concepções disseminadas ao longo da história pelo marxismo tradicional.

Podemos depreender, a partir destas análises, que a crítica marxiana não é puramente a crítica da sociedade capitalista do ponto de vista humanista, não se trata de uma forma mais rebuscada de fazer a denúncia da exploração de uma classe sobre a outra, das conseqüentes mazelas do trabalho assalariado na sociedade moderna industrial ou do domínio econômico e político da burguesia sobre o proletariado. Não obstante, é uma crítica totalizante, do ponto de vista da razão. Isto é, para Marx, na sociedade capitalista, diferentemente das sociedades anteriores, abre-se a possibilidade para uma forma genuína de emancipação social, de liberdade para os homens como seres sociais. Para ele, a crítica do capitalismo se faz através da crítica das categorias que ocultam as relações sociais realmente existentes.

Contudo, esta crítica se faz com uso do materialismo histórico, método analítico desenvolvido por ele. E pelo fato de, nem a sua análise, e nem a sua crítica se limitarem à esfera do pensamento, como faziam os neo-hegelianos de esquerda (MARX, 2007), ele adentra também o campo da prática, da militância política, identificando na luta já existente no seio da classe trabalhadora o agente e, por conseguinte, o ponto de partida para a transição revolucionária. Ele reconhece, desta forma, a necessidade de subverter a ordem econômica e política vigente, as relações de produção que determinam as

amarras reprodutoras da dominação abstrata. Por isso, vê na ação prática, na luta política de uma classe, a possibilidade do rompimento com o modo de produção capitalista e a criação de uma base nova de sociabilidade emancipada da necessidade do trabalho alienado e de todas as consequências deste para a organização da vida social.

Além do encarceramento subjetivo às determinações compulsórias inerentes à forma de reprodução e ampliação do capital na forma do valor, o trabalho alienado, enquanto forma dominante de acesso à riqueza social, é promovedor de inúmeras formas mais específicas de alienação. A forma como nos relacionamos com nossa atividade produtiva, através da mediação do trabalho alienado é, predominantemente, passiva, e, por isso, inverte a relação necessidade-utilidade. Quanto mais necessitamos, mais produzimos objetos úteis, valores de uso. Nesta relação invertida, quanto mais produzimos valores de uso, mais necessitamos produzir. Quanto maior a produtividade, maior a necessidade de se produzir valores de uso do ponto de vista do produtor individual. Do ponto de vista dos produtores, riqueza material e riqueza social se confundem, pois, o valor não aparece fisicamente na mercadoria, mas necessita da mercadoria física para existir.

“Em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor. Podemos virar e revirar uma mercadoria, como queiramos, como coisa de valor ela permanece imperceptível”. (MARX, 1996a, pág. 176)

Com efeito, a sociedade capitalista, cujo centro de poder concentra um grau altamente produtivo de força de trabalho, guarda também em si a chave para o fim da escassez artificial e conseguinte superação do modo de produção baseado no trabalho alienado. A superação da sociedade capitalista, para Marx, seria então a superação deste modo de produção, que por ser baseado na expansão de valor, delimita as possibilidades da vida humana a determinações irracionais do ponto de vista da razão. Marx era, antes de tudo, um racionalista, exemplar da tradição iluminista, e vislumbrava a possibilidade de que, numa formação social próxima, ao invés de sermos submetidos a uma lógica de ação não autônoma e passiva, termos de fato o domínio sobre a dimensão econômica, “o reino das necessidades”, o que já se tornou possível através do impressionante progresso técnico que testemunhava em seu período de vida.

A fome e a escassez material que, em boa parte dos casos, antes do capitalismo, eram da ordem dos eventos da natureza, frutos de colheitas desastrosas, invernos mais rigorosos ou desastres naturais, permaneceram sob forma artificial e estrutural para uma parte considerável da humanidade, em contraste com um domínio da natureza e produtividade alcançados pelo progresso tecnológico sem precedentes na história da humanidade, o que tornou o trabalho cada vez menos necessário do ponto de vista da capacidade de supressão das necessidades humanas. O encerramento desta contradição seria, para Marx, a realização de uma vida social pautada pela finalidade do atendimento às demandas humanas mais engrandecedoras. O pós-capitalismo seria, assim, a vida para além do domínio da natureza sobre os homens –como ocorria nas sociedades pré-capitalistas– e também do domínio da abstração do capital sobre os homens. Ou seja, um estado de liberdade possível.

Assim, podemos depreender a partir não somente desta análise específica de suas teses, mas também de toda sua vida e obra, que o principal impulso motivador de Marx, que preencheu toda sua vida de significado, se baseia na conclusão racional e ética de que, sendo a transformação do mundo inexorável, devemos nós mesmos ser os dirigentes desta mudança.

Referências:

ALTHUSSER, Louis, *A favor de Marx*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1979.

ADERSON, Perry, *Considerações sobre o marxismo ocidental*, Edições afrontamento, Porto, 1975.

ANTUNES, Ricardo, *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, Cortez Editora, São Paulo, 2011.

APPELBAUM, Jacob, ASSANGE, Julian, MÜLLER-MAGUHN, Andy e ZIMMERMANN, Jérémie. *Cypherpunks: Liberdade e Futuro da Internet*. Ed. Boitempo, São Paulo, 2013.

BADARÓ, Marcelo, *Trabalho, classe e sujeito social da revolução: o debate sobre a América Latina*, Cemarx-Unicamp, São Paulo, 2009.

BENSAID, Daniel, *Os irreduzíveis: teoremas da resistência para o tempo atual*, Boitempo, São Paulo, 2008.

BLACKBURN, Robin, *Depois da Queda – O Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo*, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1993.

BRAGA, Ruy, *A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*, Ed. Boitempo, São Paulo, 2012.

CARCANHOLO, Reinaldo, *Capital: Essência e Aparência*, Vol. II, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2013.

DANTAS, Marcos. *Economia política da informação e comunicação em tempos de internet: revisitando a teoria do valor nas redes e no espetáculo*. Liinc em Revista, v.8, n.1, março, 2012, Rio de Janeiro, p. 283-307.

EDER, Klaus, *A Nova Política de Classes*, EDUSC, São Paulo, 2002.

ELIAS, Norbert, *O processo civilizador. v.1 – 2ª ed*, Ed Zahar, Rio de Janeiro, 1994.

FROMM, Erich, *Conceito Marxista do Homem*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1975.

HARVEY, David, *Cidades rebeldes: do direito a cidade a revolução urbana*, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2014.

HOBBSBAWM, Eric, *Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*, Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

_____, *Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado*, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2000.

HOLLOWAY, John, *Fissurar o capitalismo*, Ed. Publisher Brasil, São Paulo, 2013.

KONDER, Leandro, *Marxismo e Alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2009.

_____, *A Derrota da Dialética – A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1988.

KURZ, Robert, *O Colapso da Modernização - Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1992.

MARX, Karl, *O Capital – Livro 1 v.1*, Coleção Os Economistas, Ed. Nova Cultura, São Paulo, 1996a.

_____, *O Capital – Livro 1 v.2*, Coleção Os Economistas, Ed. Nova Cultura, São Paulo, 1996b.

_____, *Capital – A Critique of Political Economy - Volume III - The Process of Capitalist Production as a Whole*, International Publishers, NY, versão digital in Marxists.org, 1999.

_____, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Ed. Boitempo, São Paulo, 2010.

_____, *A Ideologia Alemã*, Ed. Boitempo, São Paulo, 2007.

_____, *Grundrisse*, Ed. Boitempo, São Paulo, 2013.

_____, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Ed. Boitempo, São Paulo, 2008.

_____, *Manifesto do Partido Comunista*, Ed. Boitempo, São Paulo, 1998.

_____, *As Lutas de Classe na França*, Ed. Boitempo, São Paulo, 2012.

MÉSZÁROS, Istvan, *A Teoria da Alienação em Marx*, Ed. Boitempo, São Paulo, 2006.

LUKÁCS. Georgy, *História e Consciência de Classe*, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2012.

PIKETTY, Thomas, *O Capital no Século XXI*, Ed. Intrínseca, Rio de Janeiro, 2014.

POCHMANN, Márcio, *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*, Ed. Boitempo, São Paulo, 2001.

_____, *A Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*, Ed. Boitempo, São Paulo, 2012.

POSTONE, Moishe, *Tempo, Trabalho e Dominação Social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*, Ed. Boitempo, São Paulo, 2014.

RICARDO, David, *Princípios da Economia Política e Tributação*, Coleção Os Economistas, Ed. Nova Cultura, São Paulo, 1996.

RUBIN, Isaak Illich, *A Teoria Marxista do Valor*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1980

SAAD FILHO, Alfredo, *O Valor de Marx*, Ed. Unicamp, Campinas, 201.

TOCQUEVILLE, Alexis de, *Democracia na América*, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2005.

UNGER, Roberto Mangabeira, *Política: os textos centrais*, Ed. Boitempo, São Paulo, 2001.

WEBER, Max, *Economia e Sociedade - fundamentos da sociologia compreensiva*, Ed. UnB, Brasília, 2000.

_____, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2004.

Links da internet:

<http://ponto.outraspalavras.net/2010/12/08/os-estranhissimos-estupros-de-julian-assange/>

<http://www.rug.nl/feb/research/institutes/ggdc/data/total-economy-database>

<https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/02/deslocamento.htm>

<http://www.oecd.org/std/productivity-stats/>

<http://www.teara.govt.nz/en/graph/16639/growth-of-the-frozen-meat-trade-1882-2001>

<http://www.theatlantic.com/photo/2012/06/world-day-against-child-labor/100317/#img02>

<http://negabrexo.com/caged-numero-de-contratacoes-em-montes-claros-em-2014- chega-perto-dos-30-mil%E2%80%8F/>